

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

Daniela Márcia Blundi Sturzenegger

**Um ensaio sobre o conceito de repetição: do amor à criação**

Volume único

Brasília – DF  
2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

Daniela Márcia Blundi Sturzenegger

Um ensaio sobre o conceito de repetição: do amor à criação

Volume único

Dissertação de mestrado realizado na Universidade de Brasília – UnB,  
Programa de Psicologia Clínica e Cultura,  
Orientador (a): Daniela Scheinkman Chatelard

Brasília – DF  
2008

## **Ficha Catalográfica**

Sturzenegger, Daniela Márcia Blundi

Um ensaio sobre o conceito de repetição: do amor à criação/ Daniela Márcia Blundi  
Sturzenegger. – Brasília – UnB/ Departamento de Psicologia Clínica, 2008.

116 f

Orientador (a): Daniela Scheinkman Chatelard

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília/ Departamento de Psicologia Clínica/  
Programa de Psicologia Clínica e Cultura, 2008.

1. Repetição 2. Inconsciente 3. Pulsão 4. Transferência 5. Amor 6. Criação I. Chatelard,  
Daniela Scheinkman, II. Universidade de Brasília, III. Um ensaio sobre o conceito de  
repetição: do amor à criação.

Daniela Márcia Blundi Sturzenegger

Um ensaio sobre o conceito de repetição: do amor à criação

Volume único

Dissertação de mestrado realizado na Universidade de Brasília – UnB,  
Programa de Psicologia Clínica e Cultura,  
Orientador (a): Daniela Scheinkman Chatelard

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2008

Membros da banca:

---

Orientador (a):  
Daniela Scheinkman Chatelard  
UnB – Universidade de Brasília

---

Lúcia Grossi dos Santos  
FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura

---

Tânia Cristina Rivera  
UnB – Universidade de Brasília

---

Membro Suplente:  
Luiz Augusto M. Celes  
UnB – Universidade de Brasília

**Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha família (Regina, Luiz Carlos, Ricardo, Thiago, Elietti e Gustavo) que tanto me apóia em minha caminhada e em minhas escolhas. Em especial dedico a meu pai (Luiz Carlos Sturzenegger), pois, sem ele este trabalho não se tornaria possível.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que participaram comigo desse período de mestrado, especialmente na elaboração da dissertação. A meus pais por me apoiarem com todas as forças, meus irmãos e namorado pela paciência e compreensão. Agradeço à minha analista pela escuta e também pela ajuda teórica nesse processo. Agradeço à minha orientadora por aceitar me acompanhar nessa etapa.

Agradeço a todos por tornarem menos solitário esse caminho que se faz a partir de uma construção solitária.

## Resumo

Este trabalho constitui um ensaio acerca do conceito de repetição na psicanálise, em especial a partir das obras de Freud e Lacan. Na busca da compreensão do fenômeno da repetição, mostrou-se necessário transitar pelos outros três conceitos fundamentais: o inconsciente, a pulsão e a transferência. A questão maior, que percorre todo o trabalho, está relacionada à repetição do mesmo e ao processo de criação a partir da repetição. No contexto desse questionamento maior, outra questão assumiu importância: o amor. A articulação entre as diversas questões propostas demandou investigar com profundidade o conceito da repetição. É no inconsciente que se localiza o ambiente da repetição. A repetição é um processo inconsciente. O movimento pulsional e o movimento da repetição estão intimamente ligados, o que faz com que mantenham entre si sempre grande proximidade. A pulsão de morte insere uma nova forma de pensar a repetição, e é a partir dela que temos a criação. Na transferência, além de sua relação de intimidade com a repetição, temos também a inscrição do amor. A inscrição do amor exige que sejam expostas as diferenças que o contrapõem ao desejo. É pelo conceito de transferência que se torna possível articular as questões pertinentes à dualidade da repetição e à dualidade amor/desejo.

Palavras-chave: repetição, inconsciente, pulsão, pulsão de morte, transferência, criação, amor e desejo.

## Abstract

This essay discusses the concept of repetition in the psychoanalysis from the perspective of Freud and Lacan's works. In the search of understanding the phenomenon of repetition, it is necessary to discuss three basic concepts: the unconscious, the instinct and the transference. The main question, that covers the entire essay, is related to the repetition of the same things and the process of creation from repetition. In this context, another subject assumes importance: love. The interaction among all proposed questions in this work demanded to deeply investigate the concept of repetition. It is in the unconscious that the environment of repetition is situated. The repetition is an unconscious process. The instinctual movement and the movement of repetition are intimately connected. The death instinct inserts a new way of thinking the repetition, and it is from it that we have the creation. In the transference, apart from its close relation with repetition, we also have the registration of love. The registration of love demands that the differences of it from desire appear. It is from the transference concept that becomes possible to ask the pertinent questions of the duality of repetition and the duality of love/desire.

Key-words: repetition, unconscious, instinct, death instinct, transference, creation, love, desire.



Folha de rosto.....	1
Ficha Catalográfica.....	2
Folha de aprovações.....	3
Dedicatória.....	4
Agradecimento.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Sumário.....	8
Introdução.....	10
Capítulo 1 – Repetição - de que se trata?.....	16
1.1 – O conceito de repetição em Freud.....	16
1.2 - O inconsciente e a repetição.....	23
a) Freud.....	23
b) Lacan.....	28
1.3 – O conceito de repetição em Lacan - <i>tyché e automaton</i> .....	31
Capítulo 2 – Pulsão e repetição.....	37
2.1 – O movimento pulsional e o movimento repetitivo.....	37
2.2 - Além do princípio do prazer.....	51
2.3 - Pulsão de morte.....	64
Capítulo 3 – O amor e a criação.....	80

3.1 – A repetição e a clínica psicanalítica.....	80
a) A transferência e resistência.....	84
b) O amor transferencial.....	87
c) O manejo da transferência e a dinâmica da cura.....	90
d) A transferência em Lacan .....	98
3.2 – Fim de análise – para onde vai o amor?.....	101
3.3 – Retorno ou criação?.....	107
Conclusão.....	111
Referências Bibliográficas.....	115

## Introdução

O presente trabalho aborda o controverso tema da *repetição*, com o objetivo de tentar esclarecer a sua natureza, a forma como se apresenta, e suas conseqüências.

O aspecto da repetição que primeiramente motivou nossas pesquisas tem a ver com o fato de que o fenômeno repetido nunca é igual, fazendo inscrever, assim, a diferença, o processo de criação. Nesse terreno, a partir de ampla pesquisa bibliográfica, foram utilizados como base textos de Freud e Lacan, para trabalhar a noção que os dois autores trazem sobre a repetição.

No que concerne a Lacan, em *O Seminário - Livro II*, buscou-se alcançar a relação existente entre a repetição e o que o autor considera os outros três conceitos fundamentais da psicanálise – o inconsciente, a pulsão e a transferência.

De outro lado, o tema da repetição se apresenta como de extrema importância também para a perfeita compreensão de aspectos vitais da teoria freudiana e, indo além da psicanálise, igualmente da filosofia. Com efeito, temos em Nietzsche, Kierkegaard e Deleuze exemplos de pensadores que fizeram essa mesma busca. Obviamente, não constitui o objetivo deste trabalho discutir a noção de repetição no campo da filosofia. O que interessa, aqui, é somente apontar para a diversidade de buscas acerca desse tema, e enfatizar que o que aproxima essas teorias é justamente o fato de todas conceberem a repetição a partir da produção de diferenças, o que importa, sempre, em gerar o novo.

Com Nietzsche, o tema se tornou mais conhecido popularmente (embora não necessariamente compreendido), em sua teoria sobre o *eterno retorno*, teoria não acabada e que aparece de forma diluída em vários de seus trabalhos (*Assim falou Zaratustra*, *A Gaia ciência*, *Além do bem e do mal*, e outros).

O eterno retorno diz respeito aos ciclos repetitivos da vida. Para Nietzsche, a repetição é relacionada não somente ao sujeito, mas à vida na terra: guerras, epidemias etc. Almeida (2005) aponta que se trata de uma repetição cíclica do mundo no seu devir. Nietzsche trata de uma questão que será importante também para a psicanálise: o tempo. Sua noção de tempo não é cíclica. Não se trata de um ciclo temporal que se repete ao longo da eternidade. O eterno retorno trata de aspectos complementares de uma mesma realidade, para além do bem e do mal, da angústia e do prazer. Segundo Almeida (2005), o eterno retorno, em toda a sua estrutura, se aplica somente sob a perspectiva da volta do mesmo e do diferente, ao mesmo tempo.

Deleuze também faz uma extensa exposição do tema da repetição em *Diferença e repetição*, de 1968. Para ele, a diferença está sempre associada à repetição, de forma que a repetição deve ser distinguida da generalidade. Ele aproxima a repetição da singularidade, ou seja, de algo insubstituível. Considerando que o duplo, as almas e os reflexos não são do domínio da semelhança, ele ressalta que para a repetição tal aproximação também não é possível: “Entre a repetição e a semelhança, mesmo extrema, a diferença é de natureza” (DELEUZE, 1968, p. 19). Na visão de Deleuze, o repetir está associado a um comportar-se em relação a algo único e singular, a algo que não possui semelhante ou equivalente. Se há repetição, há diferença.

Este aspecto do duplo está na base de nosso trabalho. É pela psicanálise que tentamos encontrar argumentos para apontar a noção da diferença e da criação na repetição. Em *Além do princípio do prazer*, em 1920, Freud assinala que na repetição há uma posição dupla, onde um jogo de opostos está presente: “Além dos instintos de conservação que impelem à repetição, poderão existir outros que impulsionam no sentido do progresso e da produção de novas formas” (p. 55).

Sobre este argumento, Almeida (2005) observa que “a ambigüidade da repetição reside, precisamente, em que se está permanentemente diante de um fim, de uma conclusão e de uma chegada que podem concomitantemente representar, provocar ou desencadear uma nova partida, um novo começo, uma nova criação” (p. 29). Temos assim que a diferença e a criação parecem estar sempre presentes, ao menos como questionamento, na repetição.

Como se sabe, para a psicanálise, a teoria e a prática estão sempre articuladas, do que decorre que tudo estará relacionado a um sujeito. Partindo desse ponto, o trabalho propõe que a repetição está conectada a todos os outros conceitos fundamentais, para que assim se possa buscar, da forma mais ampla possível, a dimensão da repetição para a teoria e para a prática, e, assim, para o sujeito.

Surge então, aqui, um novo aspecto para se falar da diferença e do processo de criação a partir da repetição: o amor. Isso leva ao desafio da busca de tornar possível, pela repetição, alcançar-se o amor e a criação.

O processo de investigação sobre este último aspecto pode assumir, como ponto de partida, o poema *Quando o amor vacila* (autor desconhecido, interpretado por Maria Bethânia em show gravado):

*Eu sei que atrás deste universo de aparências, das diferenças todas, a esperança é preservada*

*Nas xícaras sujas de ontem o café de cada manhã é servido, mas existe uma palavra que eu não suporto ouvir, e dela não me conformo.*

*Eu acredito em tudo, mas eu quero você agora*

***Eu te amo pelas tuas faltas, pelo teu corpo marcado, pelas tuas cicatrizes***

*Pelas tuas loucuras todas, minha vida*

*Eu amo as tuas mãos mesmo que por causa delas eu não saiba o que fazer das minhas*

*Amo teu jogo triste*

...

*Mesmo e fora de si eu te amo pela tua essência*

***Até pelo que você podia ter sido***

*Se a maré das circunstâncias não tivesse te banhado nas águas do equívoco*

*Eu te amo nas horas infernais e na vida sem tempo*

*quando sozinha eu bordo mais uma toalha de fim de semana*

...

*Eu te amo pelas tuas ilusões perdidas e pelos teus sonhos inúteis*

*Amo teu sistema de vida e morte*

*Eu te amo pelo que se repete e que nunca é igual*

*Eu te amo pelas tuas entradas, saídas e bandeiras*

*Eu te amo desde os teus pés até o que te escapa*

*Eu te amo de alma para alma e mais que as palavras*

*Ainda que seja através delas que eu me defendo*

*Quando digo que te amo mais que os momentos difíceis*

*Onde o próprio amor vacila.*

Alguns questionamentos se seguem a partir dessa nova articulação. Afinal, o que se repete é o mesmo ou é o diferente? Existe uma criação possível a partir da repetição? O amor relatado no poema descrito é um amor à falta, não à completude? É possível uma articulação entre o amor e a falta a partir da repetição? Como podemos pensar a criação a partir da repetição e do amor? Esses pontos estarão sendo debatidos durante nossa pesquisa.

O presente trabalho compõe-se desta introdução, de três capítulos de conteúdo argumentativo, e de um capítulo final, conclusivo.

No primeiro capítulo iremos abordar dois conceitos, o inconsciente e a repetição. Freud considera, em toda a sua obra, que a repetição é inconsciente. Buscaremos então, a partir da exploração desse conceito, identificar de onde viria o mecanismo da repetição, inclusive como forma de facilitar a compreensão dos outros conceitos.

O inconsciente é uma noção básica da psicanálise e se diferencia de várias outras, ou, até mesmo, de todas as outras noções feitas anteriormente do inconsciente. É necessário, de qualquer forma, para a compreensão dos outros três conceitos, que se tenha claro o entendimento que Freud dá ao inconsciente. Devido à extensão e complexidade desse tema,

buscaremos chamar a atenção, por meio de recortes, para os aspectos que serão de grande validade para os capítulos seguintes.

A leitura de Lacan do inconsciente apresenta algumas questões que se dirigem para um aspecto diferente da concepção trazida por Freud. Por essa razão, faremos também uma exposição do inconsciente tal como apresentado por Lacan.

Ainda no mesmo capítulo, trazemos uma abertura para a compreensão de que se trata na repetição - de que estamos falando e de como ela surgiu para a psicanálise. Também apontaremos para as diferentes formas de conceber esse conceito a partir de Freud e Lacan.

No segundo capítulo será trabalhado o conceito da pulsão. O capítulo é dividido em três partes, para tentar abordar de forma ampla esse conceito, que se torna fundamental para a compreensão da repetição. Temos, na primeira parte, o movimento pulsional, que se faz presente no inconsciente, e o movimento da repetição. Na segunda parte temos uma exploração do texto *Além do princípio do prazer (1920)*, de Freud, onde a relação da compulsão com a repetição e a pulsão de morte começam a se fazer presentes. Nesse texto ainda está vigente a primeira teoria pulsional, em que sua dualidade se apresenta pelas pulsões sexuais e pulsões do ego. Na terceira parte temos uma busca mais detalhada e uma apresentação mais clara da pulsão de morte, que, a partir de outros textos de Freud, traz a mudança da teoria pulsional, que representa um momento importante para a teoria psicanalítica. É a partir da pulsão de morte que podemos começar a pensar a questão da criação.

O terceiro capítulo traz o quarto e último conceito, a transferência, e também uma pesquisa acerca dos questionamentos feitos a partir do poema exposto. Para Freud, a transferência e a repetição têm relação íntima. A transferência é o campo da repetição, de forma que a transferência é uma parte da repetição e vice-versa. É a partir do conceito de transferência que podemos introduzir o amor ao nosso trabalho. Nos artigos técnicos de Freud

temos o amor de transferência. Assim começa a se fazer possível nossa investigação sobre a repetição e a criação a partir do amor. A transferência, nesse momento, ultrapassa os limites de sua utilização técnica no trabalho psicanalítico para se tornar fonte de estudo do psiquismo e do inconsciente. A transferência, assim como outros conceitos, também será trabalhada sob as visões de Freud e Lacan.

Nosso questionamento final, mesmo que ainda em aberto, foi desenvolvido em duas partes: a primeira através do fim de análise e a segunda trazendo a noção do retorno e criação pela repetição, buscando a criação a partir da pulsão de morte.

É o trabalho que se segue.



## Capítulo 1

### Repetição: de que se trata?

#### 1.1 O conceito de repetição em Freud

A psicanálise começa a ser desenvolvida, como teoria, a partir da clínica. De fato, foi a partir do atendimento clínico, das percepções de Freud dos sintomas de seus pacientes e, também de sua auto-análise, que se tornou possível acumular todo o material metapsicológico que existe hoje, sobretudo o descrito por Freud.

Desde o princípio Freud já percebia, de alguma forma, um movimento de retorno. Essa percepção freudiana passou por várias atualizações até se tornar um conceito, conceito que foi bastante desenvolvido ao longo de sua obra e continua, até hoje, objeto de muito trabalho e discussão.

No princípio, a percepção de algo que retornava era entendida por Freud como uma lembrança, no sentido de uma lembrança. Nessa época, em que o método psicanalítico ainda não havia sido estabelecido, o método utilizado era a hipnose. O método hipnótico era implementado a partir da catarse, por meio da qual se tentava eliminar o sintoma com a descarga provinda de um excesso de excitação, que não encontrava saída pelo funcionamento, tido como 'normal', do psiquismo.

O que se buscava era, através da hipnose, reproduzir os processos mentais envolvidos e provocar uma ab-reação (descarga tardia ao acontecimento), envolvidos no momento em que o sintoma se formava, a fim de eliminar aquele sintoma. Era apenas sob influência da hipnose, porém, que o médico conseguia fazer com que o paciente se lembrasse

conscientemente da origem de seu sintoma. Já nessa época, Freud percebia que o que o interessava estava fora do campo da consciência, pois o paciente parecia não se lembrar do que gerava o seu adoecimento. Freud (1914) aponta então que “recordar e ab-reagir, com o auxílio da hipnose, era a que, àquela época, se visava” (p. 193).

Em 1893, ainda estudando os fenômenos histéricos sob a via da hipnose, Freud relata que a hipnose se incorpora ao que ele chama de um dos mais ardentes desejos humanos, que seria o desejo de poder voltar a uma experiência. Temos, nessa constatação de Freud, uma alusão (ainda que um pouco precária em relação ao curso que posteriormente se tomou) à repetição.

Para Freud (1914), a técnica hipnótica apresentou processos psíquicos importantes para um tratamento analítico futuro. Segundo ele, a recordação na hipnose se dava da seguinte forma: “o paciente colocava-se de volta numa situação anterior, que parecia nunca confundir com a atual, e fornecia um relato dos processos mentais a ela pertencentes, na medida em que permaneciam normais” (p. 194). Essa idéia já nos aponta para questões importantes acerca da repetição que estamos buscando: o fato de ela não se confundir com a situação atual nos remete para a questão da alienação de si, assim como também para a atemporalidade do inconsciente. Esses tópicos serão desenvolvidos em outro momento.

Naquele tempo, portanto, a repetição era compreendida como uma reprodução da situação anterior. Devemos ser cautelosos, no entanto, neste ponto, pois a repetição freudiana toma um rumo bastante diferente da noção de reprodução. Lacan, em *O seminário - Livro 11: Os quatro conceitos...*, também aponta para esse fato. O termo em alemão já diz dessa diferença: *Wiederholen* não é o mesmo que *Reproduzieren*. No tempo da catarse a cena primitiva era reproduzida como se reproduz um quadro, observa ele. E a repetição surge em Freud de forma bastante diferente: ela surge como um ato. A repetição, como ato, está ligada

à alienação, a um não saber de si; o sujeito não sabe que repete, fenômeno, pois, contrário à ab-reação, na qual o que se busca é justamente o conhecimento.

Freud então abandona a hipnose e o método catártico e apreende a noção da associação-livre. Na associação-livre (regra fundamental da psicanálise), o paciente é estimulado a falar tudo o que vier à mente. O que se buscava com esse novo método era não mais a cena traumática, mas justamente o que o paciente deixava de recordar. Há aí um abandono de um fato específico, substituído que é por uma série de lembranças importantes para o sujeito. Passa então a existir uma busca que vai para além de uma eliminação de sintomas, que vai para uma reconstrução da história do paciente.

Em *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, Freud elabora de forma mais consistente a memória, já a incluindo dentro do funcionamento psíquico. Nesse texto, Freud descreve o funcionamento do psiquismo de maneira ainda bastante fisiológica, trazendo, no entanto, questões que permaneceriam como bastante importantes para toda a sua obra. Nesse texto, a memória surge a partir do excesso de excitação, o que se torna suficiente para constituí-la como traço. Mas, observa Santos (2002), “para que os traços se transformem em caminhos preferenciais é necessário supor as repetições que, curiosamente, vão criar um sistema de diferenças” (p. 26). Assim, já podemos ver indícios da repetição, assim como sua noção de diferença, em um texto freudiano bastante inicial.

É, então, quando publica seus textos metapsicológicos, que Freud começa a elaborar a repetição da forma como ela passa a ser compreendida. Em *Recordar, repetir e elaborar*, de 1914, Freud faz uma importante distinção entre a recordação e a repetição. No começo do trabalho com a associação-livre, em uma pesquisa acerca das lembranças do paciente, o analista contornava as resistências pela interpretação. Depois de determinadas observações, Freud chega ao método psicanalítico de trabalho, onde, para ele, o que o analista deve fazer é abandonar qualquer foco ou problema específico, contentando-se em ‘estudar’ o que se acha

presente. Ele assinala, porém, que, o objetivo dessas técnicas permanecia o mesmo: “preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão” (FREUD, 1914, p. 194).

Para Freud, ainda em 1914, o esquecimento de experiências ou sensações normalmente se reduz a interceptá-las na consciência. A função do esquecer se torna ainda mais restrita quando se leva em consideração o valor do material esquecido, que surge a partir das lembranças encobridoras. Ele observa então que “não é apenas *algo*, mas a *totalidade* do que é essencial na infância que foi retido nessas lembranças” (p. 194). A questão que se apresenta para a psicanálise nesse momento é, então, como extrair esse material que foi esquecido pelo trabalho de análise.

Freud (1914) aponta para uma diferença entre as lembranças encobridoras e o que ele considera um outro grupo de processos psíquicos (as fantasias, processos de referência, impulsos emocionais, vinculações de pensamento). Segundo ele, o segundo grupo de processos compreende atos puramente internos, diferentes de impressões e experiências, o que significa que, com relação ao esquecer e ao recordar, devem ser considerados separadamente. Nesse segundo grupo de processos também acontece de ser ‘recordado’ algo que nunca poderia ter sido ‘esquecido’, pois, segundo ele, nunca foi notado, nunca foi consciente.

A partir de todo o trabalho desenvolvido a partir dos pacientes em hipnose e também de suas observações sobre as lembranças, Freud (1914) chega a um ponto muito importante: ele diz que o paciente “não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou *atua-o* (acts it out). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o* sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (p. 196).

É aí que Freud aproxima a repetição da atuação e, assim, da alienação (que será trabalhada no capítulo 2). A questão da atuação já havia sido trabalhada por Freud anteriormente, no ‘caso Dora’, no qual debate a questão da transferência.

Freud percebe que o paciente submete-se a uma compulsão à repetição, que substitui o impulso a recordar, não apenas em sua atitude com o médico, mas em todas as suas atividades e relacionamentos, compreendendo então que esta é a sua maneira de recordar. A repetição começa aí a fazer parte do funcionamento psíquico.

Mas, afinal, o que é que o sujeito repete?

Em 1914 Freud responde dizendo que o sujeito “repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas no decurso do tratamento” (p. 198). Na repetição não se trata então de uma lembrança, mas sim de uma forma de reviver o trauma.

Assim, não se deve tratar da neurose do paciente e de seus sintomas como um acontecimento do passado, mas sim, tratá-la como um acontecimento do presente. Para o paciente isso é vivido e experimentado como algo real e que faz parte de sua vida presente. O que o trabalho de análise consiste em fazer é remontá-lo ao passado. O que se percebe é que o repetir, na forma como é induzido no tratamento psicanalítico, evoca um fragmento da vida real. A partir dessa nova visão da compulsão à repetição, Freud(1914) diz que “não obtivemos um fato novo, mas apenas uma visão mais ampla” (p. 198).

Em seu texto *O Estranho* (1919), Freud volta a trabalhar a questão da repetição, agora sob um outro aspecto: aquilo que é sentido pelo paciente como assustador, a que Freud deu o nome de *das Unheimliche* – o estranho. Ele relata no início de seu texto: “fica-se curioso para saber que núcleo comum é esse que nos permite distinguir como ‘estranhas’ determinadas coisas que estão dentro do campo do que é amedrontador” (FREUD, 1919, p. 276) e, continuando seu questionamento ele já afirma que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho e há muito familiar” (p. 277). A questão

que se segue é: como que algo familiar e conhecido pode causar uma sensação de tamanha estranheza?

Freud faz uma busca incansável do significado dessa sensação. Primeiramente ele busca na lingüística algo que lhe dê algum sentido. O que surge dessa busca é justamente uma questão de extrema importância, tanto para a definição do que torna algo estranho, assim justificando o termo usado, como para a noção da repetição, a partir da qual podemos fazer uma aproximação. Essa questão evoca a noção do duplo.

Devemos aqui apenas chamar a atenção para o fato de que essa busca foi feita, principalmente, no idioma alemão, e que o termo traduzido para o inglês, *the uncanny*, não traduz de forma efetiva a noção que Freud gostaria de evocar desse questionamento. O termo em português nos ajuda nessa compreensão. Na busca feita por Freud, ele encontra inúmeras definições para o termo (não somente em alemão). Levantaremos aqui as que mais se encaixam em nosso interesse.

Uma primeira colocação é que o termo *Unheimliche* tem o sentido contrário do de *Heimliche*, que significa o que é familiar, íntimo, doméstico, pertencente à casa. Assim, de início poderíamos concluir que o conteúdo se torna estranho justamente por não ser familiar, por não ser conhecido. Freud (1919) nos adverte, porém, para que nem tudo o que é novo é assustador: “Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho” (p. 277).

Existe, porém, uma outra significação atribuída ao termo *Heimliche*, que indica um novo caminho. Ele também traz o sentido de ‘oculto da vista, escondido, sonegado aos outros, obscuro’. Esse significado faz com que o termo se aproxime de seu oposto, *Unheimliche*. Dessa forma, podemos dizer que o que é *Heimliche* vem também a ser *Unheimliche*:

Em geral somos lembrados de que a palavra *Heimliche* não deixa de ser ambígua, mas pertence a dois conjuntos de idéias que, sem serem contraditórias, ainda assim

são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável e por outro, o que está oculto e se mantém fora da vista (FREUD, 1919, p. 282).

O sentido de *Heimliche* se desenvolve, a partir daí, até que se torne o mesmo de seu oposto - *Unheimliche*.

Freud aproxima a sensação de estranho ao desejo infantil. O desejo é sempre inconsciente e relacionado ao recalcado, por isso não temos acesso consciente ao desejo. Podemos dizer que não temos acesso (a não ser pela transferência, em análise) a nenhum material que foi recalcado. Assim, a repetição do que foi reprimido causaria certamente uma sensação de estranheza. Partindo dessas observações, podemos aproximar a repetição e o desejo da definição dada por Schelling, anunciada em Freud (1919). Para ele, “*Unheimliche* é o nome de tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz” (p. 281). Freud então ressalta que a passagem da definição a partir de *Heimliche* para *Unheimliche* faz sentido, pois o estranho não é, de fato, o que é novo e alheio ao sujeito, mas sim, algo familiar e, até certo ponto, estabelecido na mente. Esse conteúdo que é familiar se alienou pela repressão e, assim, dá a sensação de novo e desconhecido, por estar no inconsciente.

Freud (1919) conclui após exaustiva busca em exemplos de situações reais e literárias que “uma experiência estranha ocorre quando os complexos infantis que haviam sido reprimidos revivem uma vez mais por meio de alguma impressão, ou quando as crenças primitivas que foram superadas parecem outra vez confirmar-se” (p. 310). Esse estranhamento vem, assim, da proximidade com o que se conhece e desconhece ao mesmo tempo. O que é absolutamente novo não pode ser temido, pois nunca se deu em experiência. Dessa forma, só há *Unheimliche* (estranhamento) se houver repetição. Uma repetição diferencial, pois ao mesmo tempo em que se repete se apresenta como diferente.

## 1.2 O Inconsciente e a Repetição

### a) Freud

Freud considera a repetição (compreendida tanto como movimento compulsivo como conceito) um processo inconsciente. Partindo dessa premissa vamos fazer um retorno ao início da teoria freudiana para compreender exatamente de que se trata no inconsciente. Para tentar satisfazer nossas necessidades iremos discorrer apenas sobre alguns aspectos do inconsciente, aqueles que nos levam onde queremos chegar: à compulsão à repetição.

O inconsciente freudiano não tem relação de aproximação com nenhum conceito desenvolvido anteriormente. Lacan (1964) nos chama a atenção para isso dizendo que “o consciente freudiano nada tem a ver com as formas ditas do inconsciente que o precederam, mesmo as que o acompanhavam, mesmo as que o cercam ainda” (p. 29). A razão que motiva Freud a buscar uma nova instância (um novo sistema, na época) surge da situação clínica.

A busca por um estado inconsciente se deve ao grande número de lacunas apresentadas na consciência. Mas o que chama a atenção de Freud é justamente a forma como o inconsciente aparece; ele aparece no tropeço, naquilo que o paciente não se dá conta. Já percebendo que o material a ser trabalhado, aquilo que aparecia como sintoma, estava em lugar ‘desconhecido’, assim, já era percebido que, mesmo na indefinição do inconsciente, é preciso se chegar lá. É preciso chegar ao inconsciente, pois em algum lugar ele se mostra. É, então, principalmente no sonho, no ato falho e no chiste, que se encontra o inconsciente. É necessário, porém, estar atento, pois eles não são o inconsciente, embora seja lá que ele é representado, seja lá que ele se mostra. Eles são manifestações do inconsciente.

Na primeira tópica psicanalítica, são descritos dois sistemas: o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente/consciente. Essa tópica é alterada posteriormente, mas não podemos



abrir mão de explorar um pouco suas contribuições. Freud faz uma descrição bastante neurológica desses sistemas, principalmente em 1895, em *Projeto [...]*. Devemos estar sempre atentos, no entanto, à noção que Freud dá a esses sistemas desde o início, principalmente ao inconsciente.

A concepção tópica desenvolvida naquele momento contribuiu para uma substancialização do inconsciente. Porém, o inconsciente freudiano não é uma substância, ou propriedade de uma. Garcia-Roza (1984) nos adverte que “o termo ‘conteúdo do inconsciente’ não designa uma relação de conteúdo a continente análogo a quando dizemos que o copo contém água” (p. 174). Para ele, o inconsciente é uma lei de articulação que possui uma sintaxe diferente da consciência. Freud já dizia que o sujeito (o ego) ‘obedece a dois senhores’; essa cisão diz respeito justamente a essas duas leis, duas diferentes formas (consciente e inconsciente). Para Garcia-Roza (1984), o que define o inconsciente não são os seus conteúdos, mas sim o modo pelo qual ele opera. O inconsciente impõe a esses conteúdos uma determinada forma.

A concepção freudiana se opõe à noção de que o inconsciente se encontra antes da consciência: “Ao nível do inconsciente, há algo homólogo em todos os pontos ao que se passa ao nível do sujeito – isso fala e funciona de modo tão elaborado quanto o do nível consciente, que perde assim o que parecia seu privilégio” (LACAN, 1964, p. 29). Consciente e inconsciente estão sempre aí, presentes no sujeito.

Freud faz referência ao processo inconsciente desde seus primeiros textos. Em 1895, em *Projeto [...]*, faz relatos bastante biológicos na tentativa de explicar seu funcionamento. Nesse texto, Freud desenvolve a teoria do aparelho psíquico, e assim divide o funcionamento desse aparelho em duas formas: o funcionamento primário e o secundário. Esses modos de funcionamento estão relacionados à circulação de energia psíquica. Cada um dos sistemas possui um modo de funcionamento.

O processo primário está ligado ao sistema inconsciente e, pois, à energia que flui livremente pelo aparelho psíquico. O que faz Freud considerá-la energia livre está relacionado ao fato de que ela busca descarga (satisfação) da forma mais direta possível. Esse processo funciona segundo o modelo do arco-reflexo (descrito por Freud em 1895, mas que não iremos detalhar aqui), que implica descarga total de energia.

O processo secundário, ligado ao sistema pré-consciente/consciente, diz respeito à energia ligada. Diz-se que a energia é ligada, pois sua descarga é adiada, possibilitando assim uma descarga mais controlada. A energia que busca satisfação nesses processos é a libido, considerada por Freud como energia sexual. Assim, o inconsciente é, para Freud, sexual.

Esses dois processos também estão relacionados, respectivamente, ao princípio do prazer e ao princípio de realidade. A experiência de satisfação está ligada a essa descarga. As pulsões que buscam satisfação fazem-na pela descarga produzida pelo processo primário ou pelo processo secundário. Quando esse objeto de satisfação é perdido, Freud afirma que o sujeito alucina esse objeto; dessa forma, a satisfação será sempre parcial. Quanto a essas questões, discorreremos de forma mais detalhada mais adiante.

Em 1895 Freud considera o processo primário como a catexia do desejo levada à alucinação e, também, à produção de desprazer, implicando assim, no total consumo da defesa. Ao processo primário Freud relaciona os sonhos e os sintomas. Processos secundários, diz ele, “são aqueles que só se tornam possíveis mediante uma boa catexia do ego e que representam versões atenuadas dos processos primários” (p. 433). A estes últimos estão relacionados a atenção, o raciocínio e a linguagem. Desses processos, o de nosso maior interesse são os sonhos. Em 1895, Freud já relata que os sonhos são realizações de desejos, mas é em 1900, em *A Interpretação dos sonhos*, que Freud vai trabalhar de forma mais aprofundada essa questão.

É somente no capítulo VII desse texto que Freud rompe com a tentativa neurológica de buscar suas explicações. Segundo Garcia-Roza (1984), essa nova concepção se torna clara, inclusive, no título do trabalho, que sugere, a partir da interpretação, uma busca pelo sentido dos sonhos. Com relação a isso Freud já diz, no capítulo III, que “minha teoria não se baseia numa consideração do conteúdo manifesto dos sonhos, mas se refere aos pensamentos que são indicados pelo trabalho de interpretação como existentes atrás dos sonhos” (FREUD, 1900, p. 144).

Os sonhos apresentam dois mecanismos que se tornam muito importantes para a compreensão de vários acontecimentos psíquicos. Eles são o deslocamento e a condensação. Em muitos sonhos, possivelmente na maioria deles, o desejo encontra-se bastante disfarçado, quase oculto, isso devido a esses dois mecanismos. Para Freud (1900), é a censura (depois desenvolvida como *supereu*) que estabelece qual material pode e qual não pode ser compreendido. A censura faz uso então desses mecanismos para que o desejo reprimido não apareça na consciência. Quanto mais rigorosa a censura, maior o disfarce.

A condensação faz com que o conteúdo dos sonhos seja bastante reduzido, se comparado ao dos pensamentos oníricos de forma geral. Assim, o que lembramos do sonho é somente uma pequena parte de seu verdadeiro conteúdo. No deslocamento ocorre uma transferência de intensidade psíquica.

Nos sonhos, o desejo se torna presente, ou seja, ele se apresenta como aquilo que está acontecendo. A proximidade com esses desejos, que são censurados, faz com que seja possível, em uma realização de desejo inconsciente, que a consciência viva como uma experiência de desprazer. O que é prazer para um sistema não implica necessariamente prazer para o outro sistema, o que pode provocar bastante angústia para o sujeito. “Seu caráter desagradável vem do fato de que seu conteúdo escapou, em parte, à ação da censura, deixando

aflorar um desejo inconsciente que, por ser inaceitável para a consciência, produziu ansiedade” (GARCIA-ROZA, 1984, p. 86).

Freud (1900) considera que o que seria a essência dos pensamentos oníricos não precisa estar incluído no sonho. Para ele, então, esses dois processos são os fatores dominantes para a forma assumida pelos sonhos, a forma manifesta. Esses dois mecanismos, assim como o sonho, estão relacionados ao processo primário. E é assim que os sonhos se tornam via de acesso ao inconsciente.

O inconsciente, então, sendo estruturado a partir desses dois mecanismos, se manifesta de forma também disfarçada, e é por isso que, normalmente, é pelos lapsos que ele se apresenta. Os desejos e pensamentos oníricos se tornam irreconhecíveis para a consciência. Garcia-Roza (1984) nos adverte, porém, para que “os únicos desejos capazes de produzir um sonho são aqueles que pertencem ao inconsciente”, e completa dizendo que “a nível de sistema inconsciente, o passado se conserva integralmente, e como o sonho é um fenômeno regressivo, são os desejos mais infantis os que funcionam como indutores permanentes de seus conteúdos” (p. 85).

Alguns outros aspectos são também de muita importância para uma melhor compreensão do inconsciente e de sua manifestação. Um deles tem a ver com o fato de que o inconsciente (mesmo com esses mecanismos que transformam seu conteúdo quando percebido pela consciência) não faz uma associação errada. O inconsciente não produz ligações erradas ou falsas. Santos (2002) considera que “o erro, a falha, são indicativos da verdade do sujeito” (p. 55). Por essa via podemos pensar na razão pelo qual é nos lapsos, naquilo que foge ao controle consciente, que o sujeito aparece.

O fato de o desejo se apresentar como algo do presente, e de os sonhos serem manifestação e via de acesso ao inconsciente nos aponta para mais uma questão importante: a atemporalidade do inconsciente. O sistema consciente é marcado por uma ordem cronológica,

temporal. Existe passado, presente e futuro. No inconsciente isso é diferente, sua atemporalidade faz com que seus conteúdos se apresentem sempre como parte do presente, mesmo sendo eles fruto de percepções e afetos considerados infantis. Por essa razão é que o que se apresenta a partir do inconsciente é o infantil, mas que é sempre vivido como atual.

#### b) Lacan

Lacan (1964) aproxima os mecanismos de condensação e deslocamento das figuras lingüísticas de metáfora e metonímia. Essa aproximação serve de suporte inicial para ele estruturar sua concepção do inconsciente, onde ele diz que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Garcia-Roza (1984) observa que:

Os processos metafóricos e metonímicos, nós os encontramos em funcionamento em todas as chamadas formações do inconsciente e são eles os responsáveis por uma das mais importantes características da linguagem: o seu duplo sentido; isto é, o fato de ela dizer outra coisa diferente daquilo que diz a letra (p. 188).

Mas é exatamente nesse diferente que é possível surgir o sujeito com sua verdade.

Para Lacan (1964), é a lingüística que garante um estatuto ao inconsciente, é ela que garante que no inconsciente exista algo de “qualificável, acessível e objetivável”. Dessa forma, antes que se dê qualquer experiência, existe algo que organiza esse campo inconsciente inscrevendo nele o que foi chamado de as “linhas de força iniciais”: “A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas, e as modelam” (p. 26). O sujeito, então, não se reconhece em um primeiro momento, mas só depois, depois que a linguagem é inscrita. O sujeito do inconsciente, para ele, é então aquele que se representa por um significante, para outro significante. O significante, assim como é constituinte do sujeito, é também e, por essa razão, constituinte do inconsciente.

Lacan (1964) considera que o inconsciente freudiano “nos mostra a hiância por onde a neurose se conforma a um real – real que bem pode, ele sim, não ser determinado” (p. 27). É nesse espaço, nessa lacuna que alguma coisa acontece. Algo é produzido nessa hiância, e, para Lacan, o que se produz ali, que se apresenta quando surge o inconsciente, é tido como um achado. A forma como o sujeito lida com esse achado é muito particular, pois está relacionada à sua alienação: “é aquilo pelo que o sujeito se sente ultrapassado, pelo que ele acaba achando ao mesmo tempo mais e menos do que esperava – mas que, de todo modo, é, em relação ao que ele esperava, de um valor único” (LACAN, 1964, p. 30).

É engano pensar que a partir do momento em que se tem ‘contato’ com o inconsciente, nós o teremos sempre disponível, já que ele se acha e também se perde. Essa descontinuidade, para Lacan (1964), significa que o inconsciente se manifesta como vacilação. A partir dessa observação, ele introduz um questionamento: podemos pensar que existe um *um* que seja anterior a essa descontinuidade? E, para ele, a resposta é não. Para Lacan, o *um* do inconsciente, o *das Ding*, está justamente na fenda, na ruptura. Dessa forma, diz ele, devemos situar o inconsciente no nível de um ser, de sujeito da enunciação, que apresenta seu enigma ao sujeito - enquanto alienado de sua história - e que fala. “Assim, o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte,... em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado” (LACAN, 1964, p. 32).

Lacan (1964) estabelece uma relação direta do conceito de inconsciente com o de *Unbegriff* (corte), pois, para ele, essa é sua função. Lacan liga então a função do sujeito em relação constituinte ao próprio significante com esse corte. O inconsciente é constituído pelo que é recusado pela consciência, não pelo que ela evoca. Como já mencionado anteriormente, o sonho traz a verdade do sujeito e, com isso, Lacan vai dizer que é nesse lugar de sonho que se reconhece o sujeito, o lugar completo, total, da rede dos significantes.

*Wo es war, soll Ich werden*, a máxima de Freud, é considerada por Lacan erradamente traduzida. Ele faz uma aproximação de sentido com: aqui, no campo do sonho, estás em casa. A constatação feita por Freud, na *Conferência XXXI*, provoca várias questões em Lacan. A questão de nosso maior interesse é a da busca da verdade do sujeito. Freud traz aqui o modo de ser da subjetividade. Existe uma exigência, que é a exigência da verdade, que o sujeito desconhece. Esse sujeito não é absoluto; ele é por vezes atropelado por algo que é vivido pelo consciente como estranho, como uma lacuna sem sentido. O que essas lacunas indicam é o lugar do Outro, é lá que se situa a cadeia do significante e, lá também que o sujeito deve aparecer.

O Outro é, para Lacan, a ordem inconsciente, a ordem simbólica. *Soll Ich werden* não trata do eu, mas do *Ich*, “o lugar total da rede dos significantes, quer dizer, o sujeito, *lá onde estava*, desde sempre, o sonho” (LACAN, 1964, p. 47). Lacan continua dizendo, porém, que o sujeito está aí para ser reencontrado, “*aí onde estava – o real*” (p. 47). É daí que o sujeito deve advir. A forma de o sujeito advir nesse lugar é discriminando a rede de significantes, e a única forma de se discriminar essa rede é com o retorno, cruzando seu caminho novamente, do mesmo modo. Para ele, essa noção de cruzamento, a função do retorno, é essencial como constituição do campo inconsciente, e é a partir dessa noção que Lacan constrói a sua teoria da repetição, que descreveremos mais adiante.

Antes de introduzir a teoria lacaniana da repetição, devemos abordar mais uma questão, de extrema importância para este trabalho: a relação estabelecida entre o inconsciente e a sexualidade. O inconsciente é sexual, pois sua energia, energia do processo primário, é a libido, energia sexual. Para Lacan, porém, o sexual se inscreve no inconsciente por uma outra via. Pela via do desejo.

Lacan (1964) considera que a libido aponta para a noção de desejo, que também está no nível do processo primário. Ele faz uma consideração sobre a observação de Freud de que

no campo do processo primário o impulso se satisfaz pela alucinação e, assim, “a função do desejo é resíduo último do efeito do significante no sujeito. É daí, necessariamente que se institui o essencial do processo primário” (LACAN, 1964, p. 147).

O realismo do inconsciente está na lacuna, no corte, naquela hiância, em uma ruptura que se inscreve na falta. É na análise que Lacan dá seu passo em referência à sexualidade. Para ele, é no desejo, que surge em análise, a partir dessa falta, que está a sexualidade. Assim é que a sexualidade, a partir do desejo que se articula em significantes, se liga ao inconsciente. Também trabalharemos mais essa questão quando formos desenvolver sua teoria da transferência.

### **1.3 O conceito de repetição em Lacan: *tyché* e *automaton***

A leitura que Lacan faz da repetição parte de um lugar um pouco diferente do que Freud desenvolveu. Como podemos observar, é por meio da transferência, no trabalho de análise, que Freud primeiramente observa a repetição, e daí parte para dar continuidade ao desenvolvimento desse conceito. Para Lacan, o conceito de repetição, apesar de se apresentar em análise, nada tem a ver com o de transferência. A repetição se desenvolve, em sua teoria, a partir do conceito de inconsciente e da noção de causalidade. Ele recorre então a Aristóteles e à sua noção de causa accidental, para desenvolver sua concepção sobre a repetição, tomando emprestado de Aristóteles as duas formas em que este desenvolve a causa accidental: a *tyché* e o *automaton*.

Aristóteles considera que não há movimento sem causa. Para ele, tudo o que acontece se faz a partir de algo. Ele considera que *tyché* e *automaton* são causas reais que possuem um



caráter de excepcionalidade, se distinguindo assim das outras causas. A *tyché* é associada a uma necessidade desconhecida, mas com um grau de deliberação, sendo, assim, uma causa oculta para a razão. *Automaton* está mais próximo do acaso, de uma causa acidental, sem nenhuma deliberação, de forma que seu efeito não é esperado.

Santos (2002) traz a definição de Aristóteles citada por Forrester:

Quando um agente causal qualquer produz acidentalmente um efeito não pertencente a seu campo de aplicação, atribuímo-lo ao *automaton*; e, nos casos especiais em que um tal resultado advém de uma ação deliberada (ainda que sua meta tivesse sido outra) por parte de um ser capaz de escolher, podemos dizer que é fruto da *tyché* (p. 120).

Garcia-Roza (1984) considera que as noções de *tyché* e *automaton* foram sempre referidas ao acaso por dizerem respeito a acontecimentos a que a razão humana não atribuía inteligibilidade. Para ele, “tanto *tyché* quanto *automaton* designam um acaso secundário e não um acaso original, isto é, estão ambos referidos a uma ordem da qual eles são uma exceção ou um desvio” (p. 41).

A *tyché* é então referida a um ‘destino’, ao qual o sujeito estaria submetido, sendo aproximada do termo sorte. Mesmo sendo considerada uma causa oculta, a *tyché* não deve ser assimilada a um caráter puramente fortuito, que se aproximaria mais do *automaton*. Santos (2002) aponta para mais uma observação de Forrester, importante de ser ressaltada. Para ele, a *tyché* seria como uma subclasse do *automaton*, pois “somente os seres que são capazes de bem e de mal, tanto no sentido de ‘sentir-se’ quanto no de ‘agir’, só esses podem ser descritos pela *tyché*” (p. 120). Enfatiza, assim, a possibilidade de deliberação, de escolha, mesmo que inconsciente.

Lacan (1964) observa que Freud também relaciona o inconsciente à causalidade. Para ele, o acaso surge da determinação do desejo inconsciente. Segundo Lacan, não se trata, na

rede das associações, de uma rede composta de acaso e contigüidade. Os significantes se constituem em uma estrutura muito definida. Assim, diz ele,

Para nós, ao nível da última camada do inconsciente, lá onde funciona o diafragma, lá onde se estabelecem as pré-relações entre o processo primário e o que dele será utilizado no nível do pré-consciente, não poderia haver milagres. *Isso, diz ele, tem que ter relações com a causalidade* (p. 49).

Lacan considera essencial a função do retorno, que, segundo ele, é o que garante a constituição do campo inconsciente. Para ele, porém, a função da repetição não se resume somente à do retorno dos signos.

Lacan (1964) então traduz a *tyché* como o encontro do real, e o *automaton* como a cadeia de significantes. Nessa etapa o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar – ao lugar onde o sujeito não o encontra. O real é, então, aquilo que se repete como falta, um encontro faltoso. Garcia-Roza (1986) considera que o que caracteriza a *tyché* como ‘acaso’ é justamente esse encontro, o encontro de duas séries causais, e, o que justifica ter o caráter de excepcionalidade se dá também por conta de se tratar de um encontro. Ele observa que, para Aristóteles, o acaso não é tido como ausência de ordem, mas sim como um ‘acidente’ que articula séries causais independentes.

Pela associação que Lacan faz dos termos de Aristóteles com a rede de significantes e o encontro do real, ele deixa claro que o real está para além do *automaton* (que se aproxima do retorno), da insistência dos signos que comandam o sujeito pelo princípio do prazer. Para ele, o real ‘vige sempre por trás do *automaton*’. O *automaton* vai se aproximar do retorno dos signos (*Wiederkehr*). O termo retorno é utilizado por Lacan para caracterizar os cruzamentos da rede de significantes com aquilo que é necessário para se pensar o arbitrário. Santos (2002) então afirma que “se há retorno é porque esta rede se entrecruza sempre do mesmo modo: aqui temos o *automaton*” (p. 121).

Por razão do que foi descrito acima, o retorno se liga à constituição do inconsciente. Essa seria a vertente simbólica da repetição, sempre compreendida por Lacan em duas vias: *tyché* e *automaton*, real e simbólico, produção e retorno. A noção dada à *tyché* deixa de lado a noção da ordem dos significantes para falar de causalidade, ou seja, é uma outra concepção. Ela traz em si o campo do real. Mas onde estaria esse real?

A cadeia de significantes seria a cadeia do desejo comandada pelo princípio do prazer, onde o objeto absoluto, aquele que estamos sempre procurando, sempre falta. No imaginário temos o objeto presente, um objeto, porém, que colocamos no lugar do objeto absoluto, uma ilusão. O real está situado entre esses dois objetos. “O real não se situa entre os objetos do mundo, entendidos estes como objeto de desejo, mas como o impossível, como o que falta ao encontro marcado e em cujo vazio toma lugar o significante” (GARCIA-ROZA, 1986 p. 43).

Em seu livro *O Seminário - Livro 2* (1955), Lacan diz que o real é aquilo que se encontra sempre no mesmo lugar. Ele é o que se repete. Dessa forma, para Lacan, o real em psicanálise é pensado enquanto uma temporalidade que se liga à cadeia de significantes. Podemos então, a partir da ligação que Lacan faz da *tyché* com a noção de trauma, compreender a temporalidade.

Temos, na noção do trauma, a significação de um momento *a posteriori*, ou seja, um momento só depois, onde se dá a significação do trauma. O trauma acontece em um momento muito primitivo, onde ele não pode ser significado, ficando assim como marca no inconsciente. É somente através de uma segunda situação, que se liga a essa primeira, que podemos significar o trauma da primeira experiência. O que se dá é que a segunda experiência se torna traumática, pois evoca algo da primeira, o que a ressignifica. Porém, o trauma não se encontra lá, mas sim na primeira situação. Lacan, porém, assinala que “no seio mesmo dos processos primários, vemos conservada a insistência do trauma a se fazer lembrar a nós. O

trauma reaparece ali, com efeito, e muitas vezes com o rosto desvelado” (LACAN, 1955, p. 57).

Santos (2002) nos descreve com muita habilidade essa relação, que é do sujeito com a *tyché* e com o *automaton*: “é na produção de novas significações, pelo retorno da cadeia, que a dimensão da *tyché* aparece: o encontro de um ser capaz de escolha com aquilo que lhe escapa. A escolha implica a intenção. No caso do acidente, a intenção só pode ser reconhecida a posteriori” (p. 122). A intenção seria o desejo, que se reconhece somente quando advém de algo que já se encontrava lá. A cena primária do trauma é aquela na qual o desejo está inserido, como aquilo que deve permanecer na escuridão, mas que sempre se apresenta. Assim, a *tyché* produz-se por efeito do retorno de um significante, que é o *automaton*, fazendo surgir uma nova significação que, é inassimilável, pois, se refere ao desejo. É, então, pela via do desejo que as duas vertentes da repetição se encontram.

Lacan (1964) afirma que “o que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz” (p. 56). Assim, ele considera que as declarações do sujeito em análise não devem ser tomadas ao pé da letra, isto porque o analista deve trabalhar justamente com o tropeço, com aquilo que se reencontra a todo instante. O tropeço aparece justamente naquilo que falta. Naquilo que falta está a verdade do sujeito. É lá que seu desejo aparece.

Por toda essa exposição, podemos compreender a razão pela qual Lacan (1964) considera como coisas diferentes a repetição, a reprodução e a rememoração. A rememoração era o que acontecia na época da hipnose, com o método catártico. Ela traz em si uma sabedoria sobre o sintoma. A reprodução é no sentido de uma alienação total, reprodução sem sentido. A repetição se faz a partir do retorno dos significantes; está, pois, relacionada ao desejo e à produção.

Outra questão trabalhada por Lacan, que nos leva ao nosso próximo aspecto da repetição - a pulsão, é sobre o despertar do real. Em 1964, Lacan se utiliza de Freud para

abordar essa questão. É a partir do encontro faltoso que se dá na repetição, a partir do sonho e do despertar, que ele desenvolve essa problemática. Assim, ele introduz o seguinte questionamento: Não será o que desperta, no sonho, uma outra realidade? Daí ele considerar que “o sonho prosseguido, não é ele, essencialmente, se assim posso dizer, a homenagem à realidade faltosa – a realidade que não pode mais se dar a não ser repetindo-se infinitamente, num infinitamente jamais atingido despertar?” (LACAN, 1964, p. 60).

Dessa forma, então, algo se repete por meio da realidade. Para ele, esse encontro, faltoso, se dá justamente entre o sonho e o despertar, fazendo com que o desejo se presentifique pela perda que atinge seu ponto mais cruel, do objeto. Dessa forma, então, “é no sonho somente que se pode dar esse encontro verdadeiramente único. Só um rito, um ato sempre repetido, pode comemorar esse encontro imemorável” (LACAN, 1964, p. 60). O encontro entre o desejo e o objeto.

Partindo dessa observação, podemos situar o lugar do real no espaço que se dá entre o trauma e a fantasia. A fantasia é o que dissimula algo primário, que é determinante na função da repetição. Dessa forma, o real será representado pelo ‘acidente’ que nos diz que não estamos sonhando. Mas, “por outro lado, essa realidade não é pouca, pois o que nos desperta é a outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação – é o *Trieb*, nos diz Freud” (LACAN, 1964, p. 61).

Com base nessa conclusão lacaniana, vamos nos apoiar em Garcia-Roza (1986) para dizer que “o real não é a realidade, mas o que confere realidade ao mundo. Presença irreduzível, o real é o que se repete, e nessa repetição funda o próprio mundo enquanto realidade. Esta é a repetição que vai caracterizar essencialmente a pulsão” (p. 43).

Agora sim podemos trabalhar a pulsão – *trieb*, no que ela se refere também à repetição.

## Capítulo 2

### Pulsão e repetição

#### 2.1 O movimento pulsional e o movimento repetitivo

Antes de falar em pulsão propriamente dita, devemos nos ater, por um instante, na diferenciação dos termos usados por Freud: *Trieb* e *Instinct*. A tradução inglesa da obra de Freud cometeu, no ponto, um significativo erro, considerando ambos os termos como *instinct*. Em consequência, a tradução brasileira, que foi feita a partir da inglesa, também comete esse mesmo grave erro (os termos que deveriam significar pulsão e instinto, em sentidos diferentes, foram igualmente traduzidos para instinto).

Freud, em determinados momentos de sua obra, utiliza o termo alemão *Instinct* referindo-se aos instintos naturais, como fome, sede etc. O termo *Instinct*, com esse sentido, assim como em seu conceito para a psicanálise, não guarda importância para o presente trabalho. Daremos atenção, aqui, ao *Trieb*. Na relação que Freud faz da pulsão com o instinto, ele utiliza o termo *Anlehnung*, que significa apoio. Para ele, a pulsão se apóia no instinto, mas não no sentido de confundir-se com ele, e sim de afastar-se dele.

Garcia-Roza (1990) aponta um outro importante erro de tradução que é responsável, até hoje, por um enorme equívoco sobre o conceito de pulsão. A observação é feita a partir de uma passagem do texto *As Pulsões e suas vicissitudes* (FREUD, 1915). O texto em português foi traduzido como “se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental de um ponto de vista biológico...” (p. 142), onde a tradução correta seria “se agora abandonamos o aspecto biológico e passamos à consideração da vida anímica...” (GARCIA-ROZA, 1990, p. 10).

Dessa falha de tradução decorre um dos equívocos mais comuns acerca da pulsão: sua biologização.

No texto *Os Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, Freud já desqualifica a identificação da pulsão com o instinto, rejeitando assim sua assimilação ao biológico. Garcia-Roza (1986), que considera a pulsão uma perversão do instinto, observa que a articulação apresentada por Freud da pulsão com o instinto assinala não uma identidade, mas sim uma distância e diferença. Utilizaremos então neste trabalho o termo *pulsão* para falar do *Trieb* freudiano.

A partir desse mesmo texto (1905), Freud introduz o que ele nomeou de pulsão sexual, sendo a libido estabelecida como a energia dessa pulsão. Em 1910 Freud inaugura uma nova expressão, pulsões de ego, referindo-se a uma pulsão de autopreservação e, a partir daí, passa a discutir a dualidade da pulsão, situada entre esses dois conjuntos, o sexual e o do ego.

Para Freud, o conceito de pulsão sempre foi obscuro. Em 1915, em *As Pulsões e suas vicissitudes*, ele fez uma longa e importante exposição de suas observações acerca das pulsões. É nesse texto que ele desenvolveu a maior parte de suas considerações sobre esse tema. Mesmo tendo sofrido algumas modificações em textos posteriores, são as observações feitas em 1915 que vão levar Freud a um grande avanço em sua metapsicologia: a pulsão de morte. A respeito da pulsão de morte discorreremos no tópico 2.3. Por agora vamos seguir um pouco mais o caminho feito por Freud em seu texto de 1915.

Importante diferenciação foi estabelecida, ali, entre os conceitos de pulsão e estímulo. A princípio a pulsão era tida como um estímulo para a mente. Mas Freud (1915) observou que na verdade existem outros estímulos na mente que são diferentes das pulsões, como os estímulos fisiológicos. Uma primeira distinção estaria em que as pulsões surgem do próprio organismo, enquanto os estímulos surgem do mundo exterior. Nesse momento, Freud determina uma importante característica das pulsões: pertencem ao sujeito e são dele

provenientes. Além disso, essencial em um estímulo é que ele atua com um impacto único, daí poder ser removido por uma única ação. Com as pulsões é diferente, elas jamais atuam como uma força de impacto *momentâneo*, mas sempre como um impacto *constante*. Lacan (1964) aponta de forma metafórica que a pulsão “não tem nem dia nem noite, não tem primavera nem outono, que ela não tem subida nem descida. É uma força constante” (p. 157). Essa observação é de grande importância, pois o movimento de constância das pulsões é o que vai marcar esse conceito, principalmente no que se refere ao tema de interesse deste trabalho, a repetição.

Para Freud (1915), essas duas descobertas têm a ver com a natureza essencial da pulsão e constituem suas principais características: sua origem em fontes internas do organismo e seu aparecimento como uma força constante. A partir daí acrescenta, como uma terceira característica, que nenhuma ação de fuga prevalece contra as pulsões. Para ele, o sentido que mais caracteriza uma pulsão é o de necessidade, tida como um estímulo interno, que para ser eliminado exige uma satisfação, que, por sua vez, só pode ser alcançada devido à uma alteração da fonte interna do estímulo, ou que seja adequada às exigências dessa mesma fonte. Na leitura Lacaniana, o termo ‘necessidade’ é utilizado para marcar nitidamente o caráter interno da excitação, seu caráter pulsional.

É ainda no texto de 1915 que Freud faz referência ao ‘caminho’ das pulsões: sua pressão, finalidade, objeto e fonte. Por pressão (*Drang*) de uma pulsão temos seu fator motor, ou seja, sua quantidade de força ou sua exigência de trabalho. A característica de exercer pressão é comum a todas as pulsões e, portanto, de sua própria essência. Para Lacan (1964), o *Drang* (também chamado de impulso) é identificado primeiramente com uma pura e simples tendência a descarga, mas essa tendência é o que se produz a partir de uma excitação, excitação interna. Para ele, a constância desse impulso afasta qualquer aproximação da pulsão com a função biológica, que possui um ritmo. Podemos dizer que o impulso da pulsão e



mesmo seu movimento de constância ocorrem de forma ‘aritmada’. A finalidade (*Ziel*), como já mencionado anteriormente, é sempre a satisfação. Segundo Freud, a única forma de se obter satisfação seria eliminando o estado de excitação na fonte da pulsão. Mas, lembra ele, embora a finalidade última da pulsão seja a satisfação e essa permaneça imutável, pode haver diferentes caminhos para se chegar a ela, o que significa que uma pulsão pode possuir várias finalidades intermediárias e que a satisfação como finalidade última pode se encontrar deslocada.

Uma questão importante pontuada por Freud nesse momento é de que existem pulsões que são ‘inibidas em sua finalidade’, ou seja, que progridem nesse sentido, mas que são defletidas. Não podemos deixar de lado a observação de que mesmo essas pulsões possuem uma espécie de satisfação parcial. Para Almeida (2005), a finalidade não pode ser alcançada, pois uma pulsão nunca se apresenta isoladamente.

Como objeto (*Objekt*), temos aquilo pelo qual a pulsão é capaz de atingir sua finalidade, ou de buscar atingir sua finalidade. Essa é a parte mais variável da pulsão e a mais importante. Assinala Freud que o objeto, “originalmente, não está ligado a ela (pulsão), só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação” (FREUD, 1915, p. 143). O objeto não é necessariamente algo estranho, podendo ser também alguma parte do corpo do próprio indivíduo. O objeto pode ser modificado várias vezes se assim se fizer necessário, e esse deslocamento da pulsão em busca do objeto desempenha um papel altamente importante. Lacan (1964) observa que devemos dar ao objeto uma função tal que diga de seu lugar na satisfação da pulsão, e para ele a melhor forma de apontar para isso é dizendo que a pulsão o contorna, como em uma borda.

Já a fonte (*Quelle*) de uma pulsão estaria relacionada ao processo somático que ocorre num órgão ou em qualquer parte do corpo, seu estímulo é representado na vida mental de uma pulsão. Freud (1915) considera, nesse mesmo texto, que o estudo das fontes das pulsões está

fora do campo da psicologia. Para ele, embora a pulsão tenha sua origem numa fonte somática, ela até então era conhecida apenas por sua finalidade. Já para Lacan (1964), no impulso da pulsão (*Drang*), trata-se de algo que só é conotável na relação à fonte (*Quelle*), pois a *Quelle* inscreve na economia da pulsão essa estrutura de borda. Para ele, a borda, *Quelle*, fonte da pulsão, é também a zona erógena da pulsão.

Quando Freud fala do conceito do *isso*, ele está falando de uma impossibilidade de representação no inconsciente. *Isso* é justamente aquilo que é intraduzível no inconsciente, é a fonte da pulsão. A partir da fonte da pulsão, Freud trabalha a questão da qualidade e quantidade envolvidas numa pulsão. Para ele, as qualidades das pulsões são de ordem semelhante, o que as diferenciaria é sua forma quantitativa. A quantidade referida a uma pulsão seria determinada justamente por sua fonte. Dessa forma, a pulsão se satisfaz eliminando o estado de estimulação na fonte. Mas o objeto da pulsão sexual é desviado de seu fim, podendo haver uma substituição de objeto. Para Santos (2002), a satisfação pulsional é um imperativo, expresso pelo verbo *sollen*: “As pulsões buscam a ação, independente de qualquer experiência de desprazer anterior” (p. 102). Na pulsão não há aprendizagem. O trabalho da pulsão não é para o equilíbrio psíquico, mas sim para a sua satisfação.

A pulsão busca atingir sua finalidade em uma experiência primária de satisfação, ou seja, houve uma satisfação e é com referência nela que as pulsões constroem seu caminho. A partir da primeira experiência de satisfação, o aparelho psíquico produz uma ação que seja a reprodução dessa experiência ou algo o mais próximo possível dela, no sentido de buscar um objeto que possibilite a mesma satisfação. Garcia-Roza (1990) observa que “aquilo que essa reativação vai produzir é algo idêntico à percepção original do objeto, sua imagem, só que o objeto agora está ausente” (p. 101). O caráter de elasticidade da pulsão se dá justamente em se esforçar na busca dessa satisfação.

Ocorre que o caminho em direção à completa satisfação está obstruído e, dessa forma, há um espaço entre a satisfação desejada e a conseguida. Há um vazio e, em consequência, uma falta se instala. A satisfação buscada será então parcial, ou seja, não haverá satisfação plena, o que também pode significar insatisfação. Essa insatisfação se dá justamente porque o primeiro objeto de satisfação, o objeto da primeira experiência de satisfação, foi perdido. Não há mais o objeto específico. Se não há o objeto, também não há a satisfação. Freud (1920) traz uma colocação de Fechner (1873) que se aplica a essa relação do objeto com a satisfação. Ele observa que uma tendência no sentido de um objetivo não implica, necessariamente, que ela seja atingida. Em geral, o objetivo é atingido apenas por aproximação. A satisfação pelo objeto também se dá por essa via, é apenas uma aproximação.

Para Lacan (1964),

A pulsão apreendendo seu objeto, apreende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz. Pois, se se distingue, no começo da dialética da pulsão, a necessidade e a exigência pulsional, é justamente porque nenhum objeto de nenhuma necessidade pode satisfazer a pulsão (p. 159).

A busca pelo preenchimento dessa falta será incansavelmente repetida. Para ele, se a pulsão pode ser satisfeita sem atingir o que em relação a uma função biológica seria sua satisfação, no caso, a reprodução, é pela razão de ser pulsão parcial. Dessa forma, seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito.

Para Garcia-Roza (1986), a satisfação da pulsão se faz de forma fantasmática. Ela pressupõe um objeto. Pode-se entender então a declaração de Freud de que o objeto é o que há de mais variável na pulsão como uma maneira de deixar clara a impossibilidade de a satisfação ser atingida. Garcia-Roza (1986) esclarece que “como a pulsão é inibida quanto ao seu objetivo, o que a obriga a uma mudança de objeto, a satisfação é impossível” (p. 17). O objeto absoluto, aquele da primeira experiência de satisfação, é aquele que tornaria possível a satisfação, assim como também a extinção da falta. O que permanece a partir da perda do

objeto absoluto é justamente um furo, uma falta central. O objeto da pulsão estará sempre a errar.

O primeiro objeto de satisfação é denominado na psicanálise de *a Coisa (das Ding)*. Mas esse objeto é justamente o vazio, a falta de objeto. O objeto absoluto falta não no sentido de uma carência momentânea, mas no sentido de que ele nunca existiu enquanto objeto da pulsão. Como o objeto absoluto foi perdido, podemos dizer que a pulsão se caracteriza por não possuir objeto, ao menos no sentido de um objeto próprio de satisfação. Se o objeto absoluto falta, com isso, ocasionando uma impossibilidade de satisfação plena, algum objeto deve vir em seu lugar para proporcionar à pulsão a possibilidade de satisfação parcial. Lacan (1964) coloca que o *das Ding* é introduzido pelo fato de que nenhum objeto jamais satisfará a pulsão, senão contornando-se esse objeto eternamente faltante, que, mesmo há muito tempo desconhecido, é essencial.

Em alemão existem dois termos que designam a coisa: *das Ding* e *die Sache*. Lacan (*Seminário - Livro 7*) faz uma diferenciação dos dois termos. Para ele, o objeto primeiro de satisfação, aquele que buscamos, é o *das Ding*, mas o objeto que encontramos é o *die Sache*. O segundo, que encontramos, preenche o vazio deixado pelo primeiro, mas nunca de forma completa.

Podemos assim dizer que o objeto da pulsão é um objeto emprestado e, dessa forma, um tanto inadequado. Vai haver então um objeto encontrado e um objeto faltoso, que nunca vai ser encontrado. Assim como há uma distância entre a satisfação desejada e a alcançada, também há uma distância entre o objeto desejado pela pulsão e o objeto ao qual ela se dirige. Uma distância que segundo Garcia-Roza (1990) fica permanentemente marcada: “É essa distância – índice da falta - que faz com que ela retorne em direção à fonte e recomece seu movimento em direção ao objeto” (p. 68).

É esse o movimento constante da pulsão. Como a pulsão não encontra o objeto plenamente adequado para sua satisfação, permanece uma insatisfação que impede a pulsão de esgotar-se no objeto. E é por isso que ela retorna. A repetição psíquica é da fixação, repetição daquilo que foi demais, que fez uma marca e assim se fixa.

Garcia-Roza (1990) traz uma importante diferenciação feita a partir dessa questão: objeto (*Gegenstand*) e coisa (*Ding*). Ele considera que o objeto é aquilo que se coloca diante do sujeito. Mas não como existente em si, pois se distingue do ato pelo qual é pensado/representado por ser correlato da consciência. “Não é da mesma coisa que ele se coloca ‘diante de’ em cada um desses atos, mas é sempre como correlato de cada um desses atos que ele é um objeto” (p. 81). Para ele, existem inúmeras formas pelas quais pode se dar a consciência de um objeto, mas em nenhuma delas esse objeto se confunde com a coisa. A coisa, porém, possui posição autônoma. Ela pode ou não ser tomada como objeto, na medida em que ela se coloca, ou não, diante do sujeito. Dessa forma, diz ele, o que faz da coisa uma coisa não é o fato de ela ser um objeto representado, mas o fato de ela manter-se autônoma em si mesma.

Não podemos, porém, deixar passar uma observação muito importante: o objeto absoluto, *das Ding*, não é um objeto obtido e depois perdido; ele é um objeto perdido desde o início, pois de fato nunca o tivemos. Para Freud, a busca por esse objeto é governada pelo princípio do prazer. O princípio do prazer transfere a energia para os representantes da pulsão. Em Freud também encontramos uma diferenciação dos termos *das Ding* e *die Sache*. Para ele, *Sache* está relacionado às coisas que pertencem a um mundo organizado e dessa forma passam pela linguagem. Já *das Ding* está para além da ordem, está para além do universo da linguagem. Mas é somente através da linguagem, da palavra, que é possível uma articulação entre os representantes dos objetos da pulsão e a consciência. Lacan (1988) considera então que o *die Sache* é a palavra da coisa, aquilo que dá ordem.

O *das Ding* é um centro que jamais é atingido. Ele é sempre contornado, e o que o contorna é a pulsão. Voltando à observação de que o objeto pode ser modificado várias vezes se assim se fizer necessário para a busca da satisfação, podemos então entender a declaração de Garcia-Roza (1990) de que “o que nos interessa não é a impossibilidade de a pulsão ser satisfeita, mas as incontáveis maneiras de ela ser satisfeita... parcialmente” (p. 70). Para ele, ao mesmo tempo em que existe uma insatisfação permanente, existem também infinitas possibilidades de satisfação, desde que seja parcial. Por isso, conclui que as pulsões exigem uma dose mínima de satisfação no nível do real.

Lembramos que no texto de 1915 as pulsões ainda eram determinadas em sua dualidade pelas pulsões sexuais e pulsões do ego. Mas já nesse texto fica claro o incômodo de Freud a respeito dessa dualidade, considerando-as apenas como hipótese de trabalho. Freud resume então dizendo que o traço essencial das vicissitudes sofridas pelas pulsões está na sua sujeição:

*Às influências das três grandes polaridades que dominam a vida mental. Dessas três polaridades podemos descrever a da atividade-passividade como a biológica, a do ego-mundo externo como a real, e finalmente a do prazer-desprazer como a polaridade econômica (FREUD, 1915, p. 162).*

Trabalharemos de forma mais detalhada cada uma dessas polaridades mais adiante.

Freud (1905) em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* já afirmava que a pulsão é o conceito-limite entre o psíquico e o somático. Por conta dessa posição limítrofe conceitual é que a pulsão é um dos temas mais difíceis de ser delimitados na teoria freudiana. Mas em psicanálise, quando se fala de pulsão, não se trata de uma escolha entre o psíquico e o somático, mas sim de algo que se dá nesse limite. A pulsão tem sua fonte no corpo, mas seu objeto se estabelece no registro psíquico. Essa fonte somática diz respeito ao órgão de onde provém a excitação ou o próprio processo de excitação. Já nos adverte Garcia-Roza (1986) de que esse conceito se refere ao corpo, mas não no sentido de uma parte do corpo que possa ser

identificada, exatamente para não se biologizar a pulsão, pois não se trata de um conceito biológico. O corpo de que trata a psicanálise é justamente um corpo pulsional. A pulsão representa o corpo no psiquismo, mas só se faz presente através de representantes. A pulsão enquanto real diz respeito ao corpo. Dessa forma, o que pertence ao registro psíquico é a representação da pulsão e não ela mesma. Garcia-Roza (1986) também ressalta que a pulsão não designa uma realidade existente, mas sim uma forma de falar de existentes. Segundo ele, “é por metáforas que falamos de pulsão” (p. 14).

A pulsão seria o conceito metapsicológico para falar desse limite que trata da sexualidade, psíquica e somática. Ele surge para dizer daquilo que não pode ser dito, que é da ordem da sexualidade. Por sexualidade temos, então, uma experiência na qual a pulsão é conceito. Quando Freud fala de sexualidade infantil, ele está falando do conceito de sexualidade. As características desta, seu caráter polimorfo e perverso, se devem justamente a seu valor pulsional. A sexualidade é considerada por Freud (1905) como aberrante em relação à sua função biológica de reprodução. A pulsão sexual não visa à reprodução, mas sim à satisfação. Portanto, assim como a pulsão, a sexualidade traz em si uma impossibilidade de ser completamente simbolizada. A pulsão precisa da palavra, da representação, ainda que ela não dê conta de sua significação. Nesse sentido, a sexualidade pode ser experimentada sem ser de forma patológica, por meio da linguagem.

Lacan (1964) afirma que a pulsão representa, parcialmente, ‘a curva da terminação da sexualidade no ser vivo’. E que, em relação à sexualidade, todos os sujeitos, desde a criança até o adulto, estão em igualdade, “que a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são pulsões parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade” (p. 167).

Na experiência analítica, o que justifica o conceito de pulsão é a falha, ou seja, quando o inconsciente não comparece. A pulsão não é sentido, não é representação, porém ela requer

uma representação. Há uma exigência de significação na pulsão, ela busca por um sentido. A repetição pulsional se dá justamente onde a linguagem e a representação não dão conta, onde não têm significação. Pulsão sexual, para Garcia-Roza (1990), é a pulsão referida a esse ‘corpo-linguagem’. Sexualidade e prazer andam juntos; a sexualidade será sempre uma experiência; uma experiência de prazer. Nela há um excesso que não consegue encontrar satisfação, que Freud chamou de excesso de libido. Quando há uma descarga do aumento dessa tensão é que há prazer.

Nesse sentido podemos pensar em uma qualidade pulsional. O sexual é o que se obtém por articulação entre a pulsão e um objeto capaz de funcionar em relação ao diferencial prazer-desprazer. Dessa forma, a pulsão sexual seria aquela investida em um objeto, o sexual tido como ordem instituída sobre um fundo pulsional anárquico. Garcia-Roza (1986) considera que a sexualidade humana é essencialmente disfarce e que a repetição é constituinte do sexual. Para a psicanálise a repetição não é representação: “a máscara não representa um objeto, ela significa algo” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 51). E assim, como afirma Lacan (1964), a sexualidade exerce sua atividade própria, faz seu retorno, por intermédio das pulsões parciais, ou seja, só se realiza na medida em que é suportada por essas pulsões.

Freud destaca que é na primeira experiência de satisfação que se dá o diferencial prazer-desprazer. O que Freud (1905) considera inicialmente como prazer é o prazer de órgão (*Organlust*). Nesse momento as pulsões parciais se satisfazem de forma auto-erótica, sem obedecer a nenhum princípio. Há uma superfície corporal onde nenhuma parte do corpo é essencialmente caracterizada como erógena, assim como qualquer parte desse corpo pode ter uma função erógena. No primeiro capítulo de 1920, Freud relaciona o prazer e o desprazer à quantidade de excitação na mente que se encontra de forma desvinculada. Logo, esse primeiro diferencial prazer-desprazer se faz independentemente de qualquer princípio organizador. O excesso de tensão é tido como desprazer e sua descarga como prazer. Garcia-Roza (1986)



considera essa experiência como diferencial tanto qualitativa como quantitativamente. Para ele, o prazer tem início com essa experiência diferencial. É justamente esse diferencial prazer-desprazer que caracteriza o sexual.

Garcia-Roza (1986) considera que “não é o princípio de prazer o que funda o prazer, mas, ao contrário, é o prazer o que se erigirá em princípio” (p. 47). Para ele, essa passagem de prazer como processo psicológico para um prazer compreendido como princípio se dá em função da *ligação* (*Bindung*), ou seja, uma transformação de energia livre em energia ligada. A energia livre é aquela que circula de forma dispersa, sem ordem, e que tende a uma descarga. Nesse mesmo texto, Garcia-Roza coloca que, se essa energia não for conduzida a uma descarga de forma adequada, ela poderá provocar uma grande desestruturação no psiquismo. A ligação a essa energia que antes circulava livremente é a condição para o prazer se instalar como princípio.

Em *Além do princípio do Prazer*, 1920, Freud também nos alerta para este ponto. Para ele, a função de sujeitar a excitação seria primeiramente exercida pelo aparelho psíquico, “não em oposição ao princípio de prazer, mas independentemente dele e, até certo ponto, desprezando-o” (p. 52).

A energia livre não admite a existência de um aparelho. Garcia-Roza (1986) aponta para o fato de que apenas concebendo a possibilidade de um sistema externo é que existiria a possibilidade de um sistema que funcionasse na energia livre. Seria impossível conceber a possibilidade de um aparelho *psíquico* dessa forma: “ou teríamos que admitir um sistema preexistente – uma espécie de alma ou espírito – ou que esse aparelho seria um aparelho anatômico, corporal, o que impediria que o concebêssemos como um aparelho psíquico” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 65). Dessa forma, temos que é justamente essa ligação da energia que faz surgir o aparelho psíquico como tal. No entanto, não é a pulsão ela própria que faz essa ligação, mas sim seus representantes, que são objeto da ligação. A pulsão permanece

além do psíquico. Como visto no capítulo 1, o primeiro momento, de energia livre, Freud nomeou de processo primário e, o segundo momento, de energia ligada, de processo secundário.

É então após a instauração do aparelho psíquico que pode surgir o princípio do prazer. E, a partir desse momento, de surgimento do princípio do prazer, Freud (1920) considera que o inconsciente estaria a ele submetido, ou seja, o inconsciente se moveria na busca pelo prazer. Dessa forma, o afeto estaria desligado de representação e submetido também ao princípio do prazer no sentido de uma descarga, uma descarga de energia que produzisse prazer. O psíquico está interessado nessa descarga que produza prazer, ou seja, que tenha qualidade. É justamente na hipótese de que o aparelho mental busque manter a quantidade de excitação presente a mais baixa possível, ou pelo menos constante, que Freud (1920) se baseia para acreditar na dominância do princípio do prazer.

Por outro lado, Freud (1920) fala do princípio de constância, que não tem qualidade, que é pura descarga pulsional. O princípio de constância procura manter um nível mínimo de energia, justamente para que se dê uma constância de energia. Já o princípio de nirvana é uma força inconsciente que busca a descarga de energia a zero, de modo que interrompa a tensão. Esse princípio tenta manter-se completamente livre de toda e qualquer excitação. Freud (1920) diz que o princípio de prazer é decorrente do princípio de nirvana. Em relação a essa questão, Santos (2002) diz que “o princípio de nirvana é a expressão do funcionamento psíquico no momento em que se rompe a homeostase” (p. 116). A esse princípio Freud associa a pulsão de morte, de que falaremos de forma mais detalhada no tópico 2.3.

Freud coloca que é sob a influência da pulsão de autopreservação do ego que o princípio do prazer é substituído pelo princípio de realidade. Esse princípio consiste em um adiamento da descarga de tensão, que tem como efeito uma maior tolerância dessa tensão. Ele diz respeito à quantidade de energia que o organismo suporta conservar para a manutenção da

vida. Mas o princípio de realidade também preserva o mesmo objetivo do princípio de prazer, ou seja, a satisfação, e está, como ele, ligado ao processo secundário. Garcia-Roza (1990) nos chama a atenção, porém, para o fato de que o princípio de realidade não nos remete a esse mundo ordenado do qual temos consciência. Ele assinala que esse princípio diz respeito aos signos que indicam o mundo exterior, e não ele próprio. O princípio de realidade regula as necessidades vitais, o estado de urgência da vida.

O princípio de prazer não possui um sistema percepção-consciência e, dessa forma, não pode ter uma finalidade adaptativa, o que significa não conseguir fazer uma distinção entre os objetos real e alucinado. Daí que, para o autor, é função do princípio de realidade conferir a esse aparelho uma eficiência mínima. Essa correção é feita em relação ao mundo interno somente. Em relação a ele próprio, afinal, aponta-nos Lacan (1981) que a característica fundamental do aparelho psíquico não é satisfazer a necessidade, mas sim aluciná-la.

Em 1964, Lacan já havia afirmado que o princípio do prazer se caracteriza pelo fato de que “o impossível está ali tão presente que ele jamais é reconhecido como tal. A idéia de que a função do princípio do prazer é de se satisfazer pela alucinação está aí para ilustrar isso” (p. 159).

Esses três princípios, chamados de princípios econômicos, são modos de satisfação pulsional. Se não há uma mediação psíquica que nela coloque um sentido, a satisfação se torna pura descarga. Para Santos (2002), os princípios não se anulam. Segundo a autora, o objetivo último deles seria o mesmo: a diminuição da tensão interna do aparelho.

A compulsão à repetição revela o modo de funcionamento pulsional mais essencial, seu caráter mais conservador. Ela está entre o retorno ao estado anterior das coisas (a morte), que é efeito do princípio de nirvana, e a conservação, princípio de prazer que se submete ao princípio de realidade. A pulsão não impele o organismo no sentido da mudança, da produção

de diferenças, e é por isso que Freud fala do caráter conservador da pulsão, a significar resistência à mudança e repetição do mesmo: “Essas pulsões, portanto, estão fadadas a dar uma aparência enganadora de serem forças tendentes à mudança e ao progresso, ao passo que, de fato, estão apenas buscando alcançar um antigo objetivo por caminhos tanto velhos quanto novos” (FREUD, 1920, p. 55). Freud (1920) continua dizendo, contudo, que “além das pulsões de conservação que impelem à repetição, poderão existir outras que impulsionam no sentido do progresso e da produção de novas formas” (p. 55). Temos aí já um apontamento de Freud acerca da repetição no sentido de uma produção, do novo, mas não é aí que ele a desenvolve e nós também iremos tratar dela de forma mais aprofundada no capítulo 3.

Dessa forma, a repetição da qual fala Freud ainda representa, em alto grau, um caráter pulsional, mas no sentido de um conservadorismo.

## **2.2 Além do Princípio do Prazer**

Foi na observação constante de uma criança de um ano e meio de idade que Freud avançou consideravelmente em sua teoria da repetição. Freud faz menção a essa observação em seu texto *Além do princípio do prazer* (1920), no qual fala do jogo do *Fort-Da*. Freud e essa criança, que era seu neto, passaram tempo considerável na mesma moradia. Ela não apresentava nenhum comportamento precoce em seu desenvolvimento intelectual, assim como era considerado um bom menino (“não dava trabalho”), principalmente porque nunca reclamava quando seus pais saíam e o deixavam só. Era também bastante ligado à mãe.

O jogo do *Fort-Da* foi relatado por Freud como ocorrendo em duas etapas. Na primeira etapa ele percebeu que a criança, com muita frequência, jogava os objetos que

estavam a seu alcance para longe, ao mesmo tempo em que produzia o som “ooooó”, que segundo Freud vinha acompanhado por uma expressão de interesse e satisfação. Freud, juntamente com a mãe da criança, concluiu que esse som significava a palavra alemã *fort* (ir embora). Dessa forma, parecia nítido aos dois que a criança se satisfazia com essa brincadeira.

É importante observar que essa primeira etapa já constituía em si um jogo. Freud aponta que o uso que o menino fazia de seus brinquedos era de brincar de ‘ir embora’ com eles. Naquele momento, a criança fazia desaparecer qualquer objeto que lhe caía nas mãos, de forma que ainda não havia um objeto escolhido, predeterminado. Nenhum objeto poderia, nessa etapa, ser interpretado como substituto da mãe. Vista a situação por outro lado, qualquer objeto poderia representar a mãe.

Santos (2002) traz uma pontuação importante feita por Safouan. Para ele, o gesto de fazer desaparecer o objeto se inscreve como conservação do próprio objeto: “aquilo que não está sob os olhos pode, ainda assim, conservar sua existência” (p. 98). Dessa forma, a conservação do objeto é simultânea à sua perda. É a partir daí que a oposição *ausência-presença* se faz presente.

Duas importantes mudanças acontecem na segunda etapa do jogo, quando a criança já tem um objeto determinado, fase que se apresenta também como uma ‘continuação’ da brincadeira, um segundo momento. Na situação examinada, a criança tinha um carretel amarrado por um cordão e a maneira como ela brincava com esse carretel era de jogá-lo para trás de sua cortina, de modo que o carretel desaparecia, enquanto pronunciava seu “ooooó”. O segundo momento dessa etapa consistia em puxar de volta o carretel enquanto proferia um “*Da*” (que em alemão significa ‘ali’). A brincadeira completa era então essa, brincar de desaparecer e retornar. Uma brincadeira que era incansavelmente repetida. A maior satisfação da criança, seu maior prazer, era diante do retorno do objeto escolhido. Para Freud (1920), o jogo se completa com o *Da*. *Da* é o ponto de retorno.

A partir desse jogo, em que a criança joga o objeto para longe e depois o traz de volta para perto, Freud percebe que o que ela faz, brincando, é simular a presença e a ausência de sua mãe, sua saída e chegada. Freud associa essa brincadeira a uma grande realização cultural da criança, a renúncia pulsional. Ou seja, ao deixar a mãe ir embora sem protestar, a criança renunciava à sua satisfação pulsional. O jogo é interpretado então como uma renúncia. A criança não reclamava da ausência da mãe, mas fazia presente seu incômodo por meio da brincadeira. O que a criança repetia era algo que lhe trazia muita angústia.

Por quê, então, repetir algo que lhe trazia tanta angústia, algo da ordem do desprazer?

Poderia se pensar que a partida era tida como preliminar para o grande momento, o retorno. Freud (1920), no entanto, nos alerta para o fato de que, apesar de seu maior prazer se ligar ao segundo momento, de aparecimento do objeto, “via de regra, assistia-se apenas a seu primeiro ato, que era incansavelmente repetido como um jogo em si mesmo” (p. 26). Pelo fato de que a criança experimentava o prazer já mesmo *no fort*, ou seja, na experiência de desprazer, é que Freud chega a uma primeira observação: a das posições passiva e ativa, relacionadas ao trauma e ao que se repete.

Em um primeiro momento, a criança era tomada por aquela situação de maneira passiva, ou seja, nada podia fazer para evitar aquilo. Ela era dominada pela experiência. A mãe saía e a criança tinha que ficar sem ela. A partir do momento em que repete a situação, ela se coloca em uma posição ativa, ou seja, ela se torna a pessoa que faz com que a situação aconteça. A criança se torna agente ativa da situação.

Podemos entender essa questão da passividade e atividade da seguinte maneira: a partir do momento em que a criança repete a situação, por mais desagradável que seja, ela se torna ativa, é ela quem faz a mãe ir embora, não sendo mais abandonada pela mãe. A situação, portanto, se inverte: agora é ela que não quer mais a mãe por perto e não a mãe que vai embora. A repetição significa, pois, uma tentativa de neutralizar ou de significar o sentimento

de abandono que a saída da mãe provocava. “Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto” (FREUD, 1920, p. 29).

Em conclusão, a repetição de situações desagradáveis e traumáticas faz com que, com o exercício, o sujeito se torne senhor da situação e não mais apenas o seu objeto. Nessa passagem da postura passiva para a ativa, o sujeito é quem faz com que a situação aconteça. Freud (1920) coloca que esses esforços podem ser atribuídos ao que ele chamou de uma pulsão de dominação, que atuava independentemente de a lembrança em si mesma ser agradável ou não. Porém, para ele, só foi possível para a criança repetir essa experiência desagradável na brincadeira, na medida em que ela traz consigo uma produção de prazer, prazer que, segundo ele, é uma produção mais direta.

Lacan (1964) nos apresenta, porém, uma observação nova e interessante sobre esse ponto. Para ele, a relação da atividade com a passividade que Freud discute em *Além do princípio do prazer* é um processo secundário: “Não é de saída que a criança vigia a porta por onde saiu sua mãe, indicando assim que espera revê-la ali, mas, anteriormente, é o ponto mesmo em que ela o deixou, o ponto que ela abandonou perto dele, que ele vigia” (p. 63). É esse lugar do abandono que será sempre marcado, como se, a princípio, ou desde o princípio, a criança repetisse o trauma.

A criança repete situações que foram prazerosas também com o objetivo de buscar sempre aquele prazer primeiro, que foi perdido. Freud chega à conclusão de que a criança repete uma experiência desagradável no jogo, pois tem um ganho de prazer de outra forma, que provém de outra fonte, mas também ligado à mesma repetição. A repetição que surge de uma situação de desprazer traz para a criança, por meio de sua representação, uma possibilidade de prazer, de realização, de forma que nesse jogo infantil a repetição da situação

de desprazer está ligada à satisfação de sua representação. Dessa maneira, o jogo do *fort-da* afirma e contradiz ao mesmo tempo o princípio do prazer. Podemos ver que o prazer encontra-se na própria atividade de representação, mesmo que o que está sendo representado seja doloroso.

Mas as crianças, em sua formação como sujeito, buscam sempre uma repetição que seja idêntica à situação ‘de origem’. Elas exigem que cada história seja contada de forma idêntica (sem nenhum ponto esquecido ou modificado) em todas as vezes. “Cada nova repetição parece fortalecer a supremacia que buscam. Tampouco podem as crianças ter as suas experiências agradáveis repetidas com frequência suficiente, e elas são inexoráveis em sua insistência de que a repetição seja idêntica” (FREUD, 1920, p. 52). Freud observa que a repetição infantil, que se apresenta como uma repetição idêntica de todo tipo de coisas, já é em si uma fonte de prazer e uma busca do prazer perdido.

O mesmo não ocorre no sujeito adulto. Freud (1920) considera que para o adulto, “a novidade é sempre condição para o deleite” (p. 52). Lacan (1964) assinala, no entanto, que essa exigência, por mais cuidadosa que seja não será capaz de designar o primado da significação enquanto tal, ou seja, restará sempre algo que não foi dito, algo em suspenso. Algum conteúdo continuará sempre escapando. Para Almeida (2005) o que retorna é a questão do próprio sujeito, do desejo, em sua tensão de um jogo de satisfação e insatisfação, que implica em reencontro e perda.

Almeida (2005) também nos chama a atenção para o fato de que o objeto escolhido pela criança (no caso do *Fort-Da*, o carretel) não significa um substituto da mãe, no sentido de algo que entra em seu lugar e preenche esse vazio que os separa, mas sim, que o objeto vem como uma forma de negociar com a própria angústia, com a falta. Ele vem como objeto intermediário. “Dessa forma, a expectativa diante do eventual reaparecimento da mãe não viria, por si mesma, cobrir nem explicar a enigmática dinâmica do *fort-da*... É todo o processo



e toda a atividade lúdica que aqui estão correndo para formar e simbolizar a repetição” (ALMEIDA, 2005, p. 159).

Para Lacan (1964), é a repetição da partida da mãe que será superada pelo jogo do *Fort-Da*. “O jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio – a borda de seu berço – isto é, um *fosso*, em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto” (p. 63). Uma repetição que visa justamente a essa alternância, ser *Fort* de um *Da* e *Da* de um *Fort*. E o que visa essa interminável alternância é, essencialmente, o que não se encontra aí e, portanto, o que não se acha no presente como algo representado, justamente por ser representado.

A relação que Freud fez do jogo infantil com a compulsão à repetição a partir das posições ativa e passiva parece não o ter deixado satisfeito, pois, no mesmo texto de 1920, ele questiona essa teoria. Freud percebe que não são todos os casos de repetição que trazem essa questão de tornar-se ativo:

Essa perpétua recorrência da mesma coisa não nos causa espanto quando se refere a um comportamento *ativo* por parte da pessoa interessada, e podemos discernir nela um traço de caráter essencial, que permanece sempre o mesmo, sendo compelido a expressar-se por uma repetição das mesmas experiências. Ficamos muito mais impressionados nos casos em que o sujeito parece ter uma experiência passiva, sobre a qual não possui influência, nos quais se defronta com uma repetição da mesma fatalidade (FREUD, 1920, p. 36).

Freud faz referências aos sonhos que se repetem em alguns textos anteriores. Em 1900, em *A Interpretação dos sonhos*, e em 1916, nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, ele já faz tentativas de descrever a forma como os sonhos se apresentam, mas é somente em 1920, em *Além do princípio do prazer*, que o sonho assume um papel fundamental na dinâmica da compulsão à repetição. E é na análise dos sonhos de guerra que Freud avança nessa questão. Esses sonhos que chamam a atenção de Freud, em 1920, são relatados principalmente por soldados que voltavam da guerra, acontecimento freqüente na

época. Freud associa esses sonhos à chamada neurose de guerra. Normalmente são relatados sonhos em que alguma situação traumática (situação que causou somente desprazer) voltava a acontecer, mas nesse momento retornando de forma passiva.

Freud (1920) enfatiza dois pontos determinantes para o aparecimento dessa neurose: a surpresa ou o susto e a ausência de ferimento. Para ele, o surgimento de ferimento operaria contra o desenvolvimento de uma neurose e o susto surge como reação ao perigo em que não há preparação prévia. O fator da surpresa sempre está relacionado ao susto. O movimento do sonho de neurose é de trazer o paciente de volta ao momento do acidente, de volta então a uma situação onde ele acorda em um novo susto. Para Santos (2002), “a ausência de qualquer forma de elaboração onírica que pudesse revelar no trabalho de associação um sentido oculto, uma alusão, faz desse sonho típico uma exceção” (p. 95). Santos também chama a atenção para o fato de que o sonho é reproduzido sem alterações e a única coisa que é acrescentada é justamente o novo susto. Dessa forma, o sujeito aparenta estar sempre despreparado para essa situação, de modo que a repetição em sua forma de retorno, que se verifica mesmo durante o sono, se apresenta como uma prova da força que esses fatos devem ter exercido no passado sobre a mente do paciente.

O aparecimento de uma situação traumática ocorre, para Freud (1920), quando as excitações que são provenientes das pulsões não encontram pela frente um escudo protetor, o que faz provocar um excesso que é traumático para o aparelho psíquico. O mesmo fenômeno ocorre com as excitações externas, que são poderosas o suficiente para atravessar esse mesmo escudo protetor. Logo, o conceito de trauma é ligado necessariamente a uma ruptura na barreira, que se torna então ineficaz contra esses estímulos. Para ele, um trauma externo coloca em movimento todas as medidas possíveis de defesa, ao mesmo tempo em que o princípio de prazer é posto de lado, fica fora de ação. Dessa forma, o problema que surge é o de “dominar as quantidades de estímulo que irromperam, e de vinculá-las, no sentido

psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar” (FREUD, 1920, p. 45). Temos, então, que no trauma o que é produzido é um aumento intenso da energia livre, uma invasão de energia no aparelho psíquico.

Cabe retornar um pouco a um ponto já discutido anteriormente. O prazer que anteriormente era relacionado ao processo primário se inscreve como princípio e, a partir desse momento, passa a fazer parte do processo secundário. Essa transformação se dá devido à energia livre que então se liga. Essa ligação é condição para a inscrição do princípio do prazer. Garcia-Roza (1990) observa que assim como a linguagem constituiu as pulsões, ela também tem efeito na ordenação delas.

Para Freud, a relação entre a catexia do sistema e sua possibilidade de receber energia é direta. Quanto mais catexizado, maior sua capacidade de receber energia extra e de vinculá-la psiquicamente. Logo, no sentido inverso, quanto mais baixa a catexia, menor a capacidade de receber energia e também mais violenta a consequência de uma ruptura no escudo protetor contra esses estímulos. Santos (2002) observa que, para evitar o traumático, o princípio do prazer já supõe uma tonicidade de seu aparelho, isto é, seus sistemas já devem estar suficientemente investidos. Para ela, o princípio do prazer é então redefinido como uma tendência que opera na diminuição da tensão interna, com o cuidado de que essa tendência só é alcançada por aproximação, pois “está a serviço de uma função mais ampla, de liberar completamente o aparelho da excitação, cuja expressão é a pulsão de morte” (SANTOS, 2002, p. 115). Sobre a pulsão de morte discutiremos no tópico 2.3.

O que o susto indica é a falta de preparação de angústia (*Angstbersitschaft*), e o sonho de guerra, que não está a serviço do princípio do prazer, deixa clara a tentativa de desenvolver a angústia. A angústia não pode gerar uma neurose traumática, mas sua omissão é o que resulta no trauma, devido à baixa catexia do sistema nela envolvido. Isso porque a angústia possui algo que protege contra o susto, algo que, para Freud (1920), é a última linha de defesa

do escudo contra os estímulos. Para ele, então, essa função do sonho é anterior ao surgimento do princípio do prazer. A preparação da angústia, em consequência, já significa um aumento da energia ligada.

Os sonhos de guerra entram em conflito com a definição dada por Freud (em *A Interpretação dos sonhos*) de que os sonhos são realizações de desejo. Essa função é ocasionada, no sonho, de forma alucinatória e sob a dominância do princípio de prazer. Nos sonhos de guerra torna-se difícil definir qual seria o desejo a eles atribuído, o que significaria sua não submissão a esse princípio. Freud (1920) então admite que a compulsão à repetição que se apresenta nesses sonhos aponta para uma função mais elementar, onde, sem ela, não se pode falar em realização de desejo ou princípio do prazer. Esses sonhos executam uma outra tarefa, que, segundo Freud, deve ser realizada antes do princípio do prazer começar com sua dominância. “Esses sonhos esforçam-se por dominar retrospectivamente o estímulo, desenvolvendo a angústia, cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática” (FREUD, 1920, p. 48).

Baseado nessas observações, Freud assinala que se apresenta nesses sonhos uma função do aparelho mental que parece ser mais primitiva que obter prazer e evitar o desprazer, ou seja, que seja mesmo anterior ao princípio do prazer. É nesse momento, no capítulo IV de *Além do princípio do prazer*, que Freud vai, pela primeira vez, ‘questionar’ a função anterior dos sonhos, ou, pelo menos, abrir nela uma exceção.

Nos casos dos sonhos traumáticos, Lacan (1964) observa que seria apressado falar em alguma forma de dominância, visto que nesses casos não há dominância dos sistemas psíquicos, nem quando entendidos como um todo. O que se apresenta nos remete a uma fase anterior ao princípio do prazer, anterior aos sonhos tidos como realização de desejo e anterior também ao psiquismo como um conjunto de sistemas variados. Para ele, ainda não se sabe onde situar a instância que se entregaria a essa operação de domínio. O sonho de guerra não

termina com uma sensação de alívio, como seria se seguisse o princípio de prazer, de forma que se satisfaria na representação. Na verdade, ele aumenta a tensão, ao invés de diminuí-la. O sujeito acorda com uma sensação de estranhamento, de susto.

Almeida (2005) também considera que “os sonhos se repetem, mas ao se repetir apontam para um gozo ou um além do prazer que encerra em si mesmo a sua finalidade e a sua razão de ser” (p. 66), e é nesse ponto que Freud encontra o que parecia estar procurando, esse *além*, ou a pulsão de morte. É somente com a nova visão de Freud sobre a interpretação dos sonhos que é possível avançar nessa questão. A antiga oposição prazer-desprazer, ou seja, procurar o prazer e evitar o desprazer, não se encaixa mais. Ela não justifica a existência de um prazer mais elementar e original. Para Freud (1920), esses sonhos surgem em obediência à compulsão à repetição. Freud não descarta sua formulação anterior de que o sonho é realização de desejo, mas ele a reformula. Em 1920, conclui que esta não é a função original do sonho. O sonho não seria então somente realização de desejo, mas também seria manifestação desse *além* do princípio do prazer: “se existe um ‘além do princípio do prazer’, é coerente conceber que houve também uma época anterior em que o intuito dos sonhos foi a realização de desejos” (p. 49).

Lacan (1964) traz também a questão do trauma que reaparece, e muitas vezes com o rosto desvelado. Pergunta, então:

Como pode o sonho, portador do desejo do sujeito, produzir o que faz ressurgir em repetição o trauma – senão seu rosto mesmo, pelo menos a tela que o indique ainda por trás?... É no sonho somente que se pode dar esse encontro verdadeiramente único. Só um rito, um ato sempre repetido, pode comemorar esse encontro imemorable (LACAN, 1964, p. 59, 60).

No capítulo III de *Além* [...], Freud coloca que as resistências do paciente se originam no ego e que, em função disso, a compulsão à repetição deve ser atribuída ao material inconsciente reprimido. O ego, então, a serviço do princípio do prazer, insiste em manter

afastado o recalçado. Seu interesse é de que o recalçado se perpetue e se fortaleça. Dessa forma pretende evitar o desprazer do contato consciente com o material que foi recalçado, não contradizendo então o princípio do prazer. O esforço seria no sentido de conseguir tolerância desse desprazer, se reportando ao princípio de realidade.

Freud se interroga sobre a relação entre a compulsão à repetição e o princípio do prazer após afirmar que a resistência do ego (consciente e pré-consciente) está a serviço do mesmo princípio do prazer. Por conta disso, o movimento do eu é, como diz Freud, de ‘puxar de lado’ a compulsão à repetição. Como podemos então fazer essa relação entre esses dois pontos importantes e aparentemente contraditórios: a compulsão à repetição e o princípio do prazer?

Para Freud (1920), se torna claro que a maior parte das situações experimentadas pela compulsão à repetição causa desprazer, pois trazem à tona atividades das pulsões reprimidas. Afirma ele, no entanto, que essas situações não contradizem de forma completa o princípio do prazer, pois causam “desprazer para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para outro” (FREUD, 1920, p. 34). Freud então assinala um ponto importante, de que a repetição de situações traumáticas, que não atendem sob nenhum aspecto às exigências do princípio do prazer, mantém um caráter pulsional. Com isso ele percebe que a compulsão à repetição também rememora experiências que não trazem e nem nunca trouxeram nenhuma possibilidade de prazer ou satisfação, mesmo para pulsões que desde então foram reprimidas. Torna-se então incorreto falar na dominância do princípio do prazer sobre o caminho dos processos mentais: “Se tal dominância existisse, a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo” (FREUD, 1920, p. 20).

A situação da brincadeira infantil ainda não trazia dados suficientes para Freud chegar ao ponto de deslocar a função de dominância para o princípio do prazer. Para ele, existem

outras maneiras pelas quais o surgimento da compulsão à repetição pode ser interpretado. Nessas situações (a da brincadeira), a compulsão à repetição e a satisfação pulsional (que é agradável) convergem em associação íntima, para usar suas palavras. Foi somente na observação dos sonhos traumáticos que Freud pôde avançar nesse sentido, pois neles tornou-se impossível identificar o princípio do prazer.

Freud (1920) coloca que essa perpétua recorrência da mesma coisa não causa espanto quando está relacionada a um comportamento *ativo* do sujeito envolvido. Para ele, nessa situação se pode discernir “um traço de caráter essencial, que permanece sempre o mesmo, sendo compelido a expressar-se por uma repetição das mesmas experiências” (p. 36). O que chama sua atenção é justamente nas experiências onde o sujeito se apresenta de forma *passiva*, não apresentando nenhuma influência, mas, mesmo assim, também se defrontando com uma repetição da mesma fatalidade. Temos então, nesse texto, que a compulsão à repetição remete a algo mais originário, mais elementar que o princípio do prazer.

As repetições poderiam ser pensadas de forma que produzissem algum prazer parcial a alguma instância psíquica. Mas, como alerta Freud, as repetições são aquelas que em nenhum momento, nem ao menos na primeira experiência, trouxeram algum prazer. Freud (1920) sustenta que as repetições são totalmente da ordem do desprazer e, por isso, talvez pudessem trazer menos sofrimento se fossem vividas como lembrança ou em sonhos, ao invés de serem, para o sujeito, vividas como algo novo, mas que mesmo repetidas como desprazer são compulsivamente repetidas.

Ainda no capítulo III do trabalho de 1920, Freud não só começa a considerar a possibilidade de algo para além do princípio do prazer como também relaciona com esse além as brincadeiras e os sonhos. Ele considera então que:

Se levamos em consideração observações como essas, baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias da vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe realmente na mente uma

compulsão à repetição que sobrepuja o princípio do prazer, como também ficaremos agora inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar (p. 36).

Já no primeiro capítulo do trabalho de 1920, Freud admite um desconhecimento do que seja o essencial do princípio do prazer, o próprio prazer. Almeida (2005) também considera que a maioria das experiências revividas pela compulsão à repetição proporciona ‘tão-somente’ desprazer e dor ao ego. E continua dizendo que é também justamente por essa compulsão que se manifestam e atualizam as moções pulsionais que se procuram manter recalçadas.

Para Garcia-Roza (1986), o que coloca em questão a hipótese do princípio do prazer e sua função homeostática é a ambigüidade da repetição: possuir uma tendência repetitiva e também uma restitutiva. A hipótese da pulsão de morte surge justamente pelo fato de a tendência repetitiva prevalecer sobre a restitutiva, o que não se confirma com a teoria do princípio do prazer. Se houvesse de fato a dominância do princípio do prazer, a tendência maior da repetição seria sua função restitutiva. Lacan, em seu *O Seminário – Livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, também afirma que para além da tendência restitutiva há uma tendência repetitiva que se impõe de forma paradoxal e enigmática.

Deixa de haver então uma dominância do princípio do prazer, que passa a ser apenas uma tendência, tendência que trabalha no sentido de uma diminuição da tensão interna. Mas, alerta-nos Santos (2002), essa tendência, que só é alcançada de forma parcial, serve a uma função mais ampla, no sentido de liberar completamente o aparelho psíquico da excitação, estando para além do princípio do prazer, que é a expressão da pulsão de morte.

O fato de a compulsão à repetição ter um aspecto pulsional faz Freud avançar no sentido de uma nova concepção da pulsão: “parece, então, que uma pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas,... como a expressão da inércia inerente à vida orgânica” (FREUD, 1920, p. 54). Essa nova observação deixa clara a



natureza conservadora das pulsões, ao contrário da noção anterior que dava um aspecto inovador, um movimento no sentido de mudança, de desenvolvimento. Elas buscam alcançar um estado antigo de satisfação.

Levando em consideração essas observações, de que o organismo busca uma satisfação já alcançada, ou seja, um estado anterior, Freud toma como verdade o fato de que se “tudo o que vive, morrer por razões *internas*, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que *o objetivo de toda vida é a morte*, e, voltando o olhar para trás, que *as coisas inanimadas existiram antes das vivas*” (FREUD, 1920, p. 56). As pulsões de autoconservação, no entanto, opõem-se a essa nova concepção freudiana, daí Freud considerar que a função dessas pulsões é a de garantir que o organismo seguirá seu caminho para a morte, pois, segundo ele, o organismo deseja morrer apenas de seu próprio modo.

É a partir dessa nova constatação de Freud que daremos seguimento em nosso tópico seguinte: a pulsão de morte.

### **2.3 A pulsão de morte**

A grande e verdadeira virada dada por Freud em 1920, quando modifica sua teoria pulsional, assim como dá importante seguimento ao desenvolvimento da teoria da compulsão à repetição, é o estabelecimento do conceito de pulsão de morte. É na pulsão de morte que se funda a compulsão à repetição. Para Freud (1920), a pulsão é traumática por não encontrar para si um escudo protetor. Ele constata também que a repetição no sonho traumático está ligada ao processo primário. Dessa forma, a compulsão à repetição, por não ser dominada

pelo princípio do prazer, apresenta um caráter pulsional. A pulsão é, então, a força que sustenta a repetição.

Como já vimos anteriormente, todo o movimento da pulsão é no sentido de buscar um estado anterior de coisas, o que indica um movimento de conservação. Por esse caminho Freud (1920) conclui que o estado mais anterior das coisas é o inorgânico: “o alvo de toda vida é morrer” (p. 56). Esse é um ponto muito importante de sua metapsicologia, pois é através desse caminho que ele constrói a nova teoria das pulsões. Para ele, a morte é anterior à vida e não seu fim. Ela é o estado mais originário e a vida, sim, é tida como uma perturbação. Esse estado primitivo, que deixa suas marcas, é o que será sempre retomado.

Essa nova concepção de Freud acerca das pulsões, porém, vai de encontro à concepção anterior. No capítulo VI de 1920, Freud expressa sua insatisfação com a primeira concepção da dualidade pulsional e desenvolve boa parte da segunda teoria. Como já mencionado anteriormente, a primeira teoria pulsional supunha a pulsão do ego em ‘oposição’ à pulsão sexual. Freud (1920) faz uma primeira divisão e aproxima as pulsões do ego da pulsão de morte e as pulsões sexuais da pulsão de vida, mantendo assim a mesma dualidade.

Nesse momento, Freud (1920) relata que somente as pulsões do ego que possuem um caráter conservador, retrógrado, são próximas à compulsão à repetição. Nessa hipótese, essas pulsões se originam da animação de matéria inanimada, procurando restaurar o estado inanimado. Já as pulsões sexuais, embora reproduzam estados primitivos, somente sob a condição de poder prolongar a vida da célula (que ele aproxima da biologia) produzem a sensação de imortalidade. Para ele (1920), referindo-se às pulsões sexuais, “aquilo a que claramente visam, por todos os meios possíveis, é à coalescência de duas células germinais que são diferenciadas de maneira particular” (p. 63).

Freud (1920) recorre à biologia para tentar encontrar um caminho capaz de sustentar sua suposição acerca das pulsões de vida e de morte. Cumpre dar seqüência acompanhando o

raciocínio de Freud no texto de 1920. Seu maior interesse era na teoria da duração da vida e da morte dos organismos, elaborada por Weismann que, segundo Freud, é quem introduz uma divisão da substância viva em partes mortais e imortais. A parte considerada mortal é o corpo, o ‘soma’ (sujeito à morte natural). As células germinais, no entanto, são potencialmente imortais, pois possuem condições de desenvolver-se em um novo indivíduo, cercado-se de um novo soma. Este suposto nos adianta uma observação que será discutida posteriormente. Desde esse momento, podemos observar que a imortalidade está relacionada com o novo, com a possibilidade de criação, de forma que a manutenção do mesmo leva à morte do organismo.

Freud (1920) associa então suas hipóteses à teoria de Weismann. Na teoria psicanalítica, o que estava sendo estudado eram as forças que operavam no organismo, que por sua vez também eram divididas em duas espécies: “aquelas que procuram conduzir o que é vivo à morte, e as outras, as pulsões sexuais, que estão perpetuamente tentando e conseguindo uma renovação da vida” (p. 65).

Essa feliz aproximação de Freud com Weismann, porém, não dura muito tempo. Weismann considera que essa possibilidade só acontece nos organismos multicelulares, pois nos organismos unicelulares o indivíduo e a célula reprodutora são a mesma coisa. Assim, os organismos unicelulares são por ele considerados imortais. A noção de Weismann se torna nesse momento contrária à pulsão de morte, pois a morte natural é tida como uma aquisição tardia dos organismos, o que não condiz com a nova concepção de Freud de que a morte é o início, e, pois, fenômeno presente desde o começo da vida.

Freud (1920) então busca em outras pesquisas dados que possam lhe fornecer posições diferentes. Ele os encontra em uma pesquisa em que um organismo unicelular era reproduzido, chegando a várias próximas gerações sem alteração de suas características. Isso, todavia, só era possível quando a reprodução do organismo sofria a interferência de um novo fluido, externo. Esse novo dado parece satisfazer Freud, pois, dessa forma, o organismo

necessita de um agente externo para se manter imortal, de maneira que com suas próprias características ele teria uma morte natural como todos os outros organismos, o que confirmaria a concepção freudiana de que o organismo busca morrer apenas de seu próprio modo.

Mesmo sendo paradoxal com o fato de o organismo se defender de ameaças à vida, é a morte que ele aspira. Para ele, então, “as força pulsionais que procuram conduzir a vida para a morte podem também achar-se em funcionamento nos protozoários desde o início” (FREUD, 1920, p. 69). Freud então conclui com essa busca que a biologia não contradiz o reconhecimento psicanalítico da pulsão de morte. Relacionando à essa questão, Santos (2002) observa que “a biologia confirma que a conservação da vida se dá pela sexualidade: a cópula preserva e rejuvenesce mesmo os organismos unicelulares” (p. 113).

Para dar o passo seguinte, que pode ser considerado como um dos mais importantes de seu caminho para a pulsão de morte e a repetição, Freud (1920) recorre a Schopenhauer, que considera a morte o verdadeiro resultado e, até certo ponto, o propósito da vida. A pulsão sexual, nesse momento, ainda era tida como a corporificação da vontade de viver. O seguimento dado por Freud nesse momento é com relação à libido direcionada ao ego, retornando para o próprio sujeito, ou seja, o conceito psicanalítico de narcisismo. É pelo narcisismo que Freud (1920) desfaz a primeira teoria da pulsão, na qual a pulsão do ego era separada e oposta à pulsão sexual.

Até esse momento, a pulsão sexual era dirigida a um objeto e assim diferenciada da pulsão do ego, que tinha como um de seus representantes a autoconservação do indivíduo. Freud (1920) coloca que a libido das pulsões sexuais, sua energia, coincide com Eros, o qual mantém unido todas as coisas vivas.

Para a psicanálise, como já apontado anteriormente, o conceito de sexualidade, assim como o de pulsão sexual, é considerado perverso em sua função primeira de reprodução. Sua

verdadeira função é para além da função reprodutora. Freud observa que frequentemente a libido é retirada do objeto e reinvestida no próprio ego (o que ele chama de introjeção). O ego encontra então lugar entre os objetos de investimento libidinal, libido que passa a se chamar narcisista. Essa libido é também manifestação da pulsão sexual, investida no ego e dessa forma necessariamente identificada com as pulsões de autoconservação, que são manifestação da pulsão de ego. A partir dessa observação, Freud (1920) coloca que o ego é o grande reservatório da libido (posição que ele altera posteriormente).

As pulsões de autoconservação agora coincidem com Eros e não mais sofrem o domínio da pulsão de morte, como postulado anteriormente. A partir desse momento, a separação que era dada entre a pulsão de ego e a pulsão sexual se rompe, pois ambas se dão, possivelmente, no ego. Dessa forma, mantendo uma posição dualista, Freud (1920) abandona a primeira divisão das pulsões e estabelece, enfim, a segunda: a oposição se dá entre as pulsões de vida e as pulsões de morte.

A origem da pulsão de morte foi tratada por Freud (1920) como coincidindo com a origem da vida, a mais remota e elementar. Porém, Eros também se encontra presente no sujeito desde o início da vida e, dessa forma, como representante da pulsão de vida, a vida também estaria presente desde o início. Freud (1920), portanto, coloca que para não abandonar a idéia de pulsão de morte é necessário colocá-la como associada desde o início à pulsão de vida.

Valas (1998) considera que “mais-além do princípio do prazer, manifestam-se as pulsões de morte, forças de desligamento da vida (*Tânatos*), que não se podem apreender em estado puro, pois estão ligadas às pulsões de vida (*Eros*). Esse é o novo dualismo pulsional” (p. 23). Ele ainda considera que o princípio do nirvana lhe dá mais razão para acreditar na pulsão de morte, pois o princípio do nirvana possui uma forte tendência na vida mental, se esforçando para manter constante ou remover a tensão interna provocada pelos estímulos.

Freud, no entanto, ainda não encontra na pulsão sexual a característica da compulsão à repetição, que indicou o caminho à pulsão de morte.

O caráter regressivo das pulsões está presente na compulsão à repetição, porém ainda não há característica própria da pulsão sexual. Para Freud (1920), “se procurar restaurar um estado anterior de coisas constitui característica tão universal das pulsões, não precisaremos surpreender-nos com que tantos processos se realizem na vida mental independente do princípio do prazer” (p. 83), com o cuidado de que, mesmo que esses acontecimentos ocorram para além do princípio do prazer, não é necessariamente em oposição a ele que eles ocorrem. No entanto, a pulsão sexual também apresenta um caráter conservador, que é um caráter pulsional, e, assim, uma tendência a repetir.

Repetimos aquilo que é traumático e que em algum momento foi demais em nós, nos afetou, e é isso que buscamos. Buscamos a completa satisfação pulsional. No entanto temos que ficar atentos, pois essa noção da repetição de busca por algo anterior pode dar a idéia de movimento cíclico, que é uma noção equivocada, se relacionada ao conceito freudiano de repetição. A compulsão à repetição de Freud é muito mais associada a uma arritmia, um desejo de retorno ao que nunca foi, isso por ser expressão da pulsão de morte, mesmo que a ela se associe algum prazer.

Há um grande trabalho psíquico na repetição, uma encenação que não é vivida como tal. Isso que permanece constante no sujeito é o que se repete. Santos (2002) aponta que o conservadorismo nesse momento é pensado em outras bases. Para ela, o que é preciso conservar agora são os caminhos de retorno: “trata-se de repensar a autoconservação sobre a égide do retorno” (p. 111).

É pelos conceitos de sadismo e masoquismo que, apoiado na observação feita do narcisismo, Freud confirma a separação e nova dualidade entre as pulsões de morte e as pulsões de vida. Até 1920, Freud considerava que o sadismo era primário e que o

masoquismo era o resultado desse sadismo que retornava para o próprio sujeito. Mas, em 1924, em *O Problema Econômico do Masoquismo*, ele percebe que, de fato, não importa se a libido é direcionada do objeto para o sujeito ou do sujeito para o objeto, e com isso considera a possibilidade de um masoquismo primário, anterior ao sadismo (idéia que foi refutada por Freud anteriormente).

Santos (2002) coloca que “a análise do sadismo permite mostrar que a função de domínio e destruição recai sobre o mesmo objeto de investimento libidinal e proporciona a abertura para a constatação da presença, no Eu, de outras pulsões além das sexuais” (p. 113). Assim, sendo objeto do primeiro investimento da libido, seria também o objeto primordial da pulsão de morte. Essa energia, que também é sexual, contém um caráter destrutivo e, portanto, é associada também à pulsão de morte. Freud (1924) constata que as pulsões sexuais, que, relacionadas a Eros, lutam para preservar a vida, cooperam simultaneamente com as pulsões de morte. A libido produziria um ‘amansamento’ na pulsão de morte que incide no Eu e dirige para fora a agressividade sob a forma de pulsão.

A idéia de um masoquismo primário será desenvolvida por Freud em 1924. Nesse texto, o masoquismo se apresenta como um fenômeno onde o princípio do prazer se encontra ausente, fora de ação. Freud (1924) considera que esse princípio se encontra como que narcotizado. Dessa forma, dor e prazer se tornam alvos em si mesmos, e não mais advertências contra o aumento ou diminuição de excitação. Freud (1924) aponta que o grande perigo do masoquismo

Reside no fato de ele originar-se da pulsão de morte e corresponder a parte dessa pulsão que escapou de ser voltado para fora, como pulsão de destruição. No entanto, de vez que, por outro lado, ele tem a significação de um componente erótico, a própria destruição de si mesmo pelo indivíduo não pode se realizar sem uma satisfação libidinal (p. 212).

Dessa forma, a pulsão de morte, por estar ligada também a Eros, não pode se reduzir ao desejo de morrer.

Santos (2002) aproxima o masoquismo da repetição por duas razões: por ser expressão da pulsão de morte e por deixar parecer a permanência de um sofrimento atribuído a uma força demoníaca do destino. Segundo a autora, “se no masoquismo essa é a última forma de representação do poder que exige a renúncia à satisfação pulsional, na compulsão à repetição o destino se apresenta na forma do acaso, ou seja, nas circunstâncias acidentais que permitem a repetição” (p. 119).

A distinção que Garcia-Roza (1986) faz entre a pulsão sexual e a pulsão de morte é estabelecida através do investimento. Para ele, a pulsão se constitui como sexual, por ser investida em um objeto, enquanto que a pulsão de morte seria tida como energia dispersa. Dessa forma, o ‘sexual’ corresponde à inscrição da pulsão em um outro registro – o da realidade psíquica. Isso se dá através dos representantes psíquicos e não da pulsão em si. Por essa observação podemos dar razão à colocação de Freud de que a pulsão de morte ‘é a pulsão por excelência’, com o cuidado de não fazer essa observação tornar monista a teoria freudiana das pulsões. Em *O Mal-estar na civilização* (1929), Freud coloca que “desde o início os fenômenos da vida poderiam ser explicados pela ação concorrente ou mutuamente oposta dessas duas pulsões” (p. 141).

Não podemos deixar de lado a noção de que a pulsão de morte é um conceito. Lacan em seu livro *O Seminário - Livro 2*, enfatiza que “a pulsão de morte não é uma confissão de impotência, não é o ato de estacar diante de um irreduzível, de um derradeiro inefável, é um conceito” (LACAN, 1955, p. 93). A pulsão de morte e a pulsão de vida não podem ser vistas como forças que agem separadamente. As pulsões de vida e as pulsões de morte não são então entidades distintas e por isso suas forças não agem em direções opostas. Garcia-Roza (1986) coloca que não há uma pulsão de morte em si e uma pulsão de vida em si, mas sim as duas



pulsões como modos de ser da pulsão, não sendo possível precisar seus limites individuais. Nesse sentido, não haveria o estado puro de cada pulsão, pois estariam sempre misturadas uma à outra.

É preciso reconhecer, todavia, ao mesmo tempo, que pulsão de morte não é o mesmo que pulsão de vida. As pulsões se fazem presentes no inconsciente por seus representantes psíquicos, representantes das pulsões parciais (sexuais). A pulsão de morte não tem um representante próprio. Segundo Garcia-Roza (1986), ela se faz presente como princípio disjuntivo do sexual. O que se mistura são os representantes no psiquismo. As pulsões são pré-psíquicas, logo, as pulsões em si não se misturam.

Já sabemos também que a pulsão em si mesma não possui ordem e pertence ao processo primário. A dominância de energia livre corresponde à dominância da pulsão de morte. A organização imposta é a que decorre da estrutura de significantes. Para Lacan (1960), “é com relação a uma situação estruturada dessa maneira que o homem tem, num segundo tempo, de situar suas necessidades” (p. 256). Essas necessidades dizem respeito à exigência de satisfação das pulsões, satisfação essa que, como já discutido, só se realiza através da representação, pois a pulsão não possui objeto próprio.

Como visto anteriormente, a pulsão é a fonte do aumento de tensão no psiquismo. Os dois tipos de pulsão, no entanto, se comportam de forma diferente: a pulsão de vida é numerosa e ruidosa, exigindo satisfação, enquanto que a pulsão de morte é invisível e silenciosa: “as pulsões de vida têm muito mais contato com nossa percepção interna, surgindo como rompedores da paz e constantemente produzindo tensões cujo alívio é sentido como prazer, ao passo que as pulsões de morte parecem efetuar seu trabalho discretamente” (FREUD, 1920, p. 85). Como o princípio do prazer busca ficar livre de toda essa excitação, Freud propõe que o princípio do prazer parece servir à pulsão de morte. Ele coloca que esse princípio mantém guarda sobre os estímulos vindos de fora, normalmente encarados com

perigo por ambas as pulsões, mas que sua guarda é mais especialmente dedicada contra os aumentos de estimulação interna, o que torna mais difícil o viver. Por essa razão, Santos (2002) considera que o princípio do prazer é relacionado à defesa.

A pulsão de morte, ainda entendida como retorno ao inorgânico, não varia, pois ela é a pura repetição. Com base na exposição freudiana do tema, Lacan (1970) afirma que “a repetição não é apenas função de ciclos que a vida comporta, ciclos da necessidade e da satisfação, mas de algo diferente, de um ciclo que acarreta a desaparecimento dessa vida como tal, que é o retorno ao inanimado” (p. 43). Continua ele dizendo que o inanimado revela-se pelo que há de gozo. Como discutido anteriormente, essa pura repetição leva à morte do organismo. Podemos pensar a repetição como uma aproximação do que é da ordem do gozo. Para além do limiar do prazer começa o gozo, que mantém uma relação ambígua com o prazer e com a dor. Freud considera prazer e gozo em diferentes termos: *Lust* para prazer e *Genuss* para gozo. Ele aponta, já em 1920, que impressões dolorosas podem ser fonte de um gozo intenso.

Almeida (2005) diz que não se trata de apesar do desprazer surgir uma repetição, mas sim, justamente por causa do desprazer essas experiências são repetidas. Para ele, “repetindo-as, gozam-nas de novo, recriam-nas, transformam-nas e, assim, exprimem a vontade de potência, já que elas se caracterizam radicalmente por uma ilimitada e infinita expansão da própria potência” (ALMEIDA, 2005, p. 42). Seguindo sua colocação, ele considera que o sujeito só é sujeito na repetição à qual resiste, recriando uma situação de prazer ou desprazer, mas sempre no gozo de cada nova repetição.

Esse além do princípio do prazer que Freud discute é exatamente a pulsão de morte, compreendida como isso que permanece constante no sujeito, e é justamente isso que ele repete. Dessa forma, a repetição, também associada ao gozo, está para além da noção de prazer e desprazer. Para Lacan (1970), é pela repetição que Freud se vê ‘obrigado’ a articular

o conceito de pulsão de morte. “Na medida em que há busca do gozo como repetição que se produz, o que está em jogo no franqueamento freudiano – o que nos interessa com a repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é propriamente aquilo que se dirige contra a vida” (LACAN, 1970, p. 43). Assim, o que o princípio do prazer mantém é o limite em relação ao gozo.

Lacan (1970), com sua leitura de gozo, oferece uma articulação entre a repetição e a morte. Para ele, gozo é aquilo que excede os limites do princípio do prazer, ou seja, há um gozo que é para além desse princípio. Ele (1970) considera que a repetição funda-se no retorno do gozo. Na repetição, o sujeito aponta para uma falta, pois a cada vez que o sujeito busca no objeto a satisfação, o que ele encontra é o objeto como perdido. É a partir do significante que ele articula a repetição e o gozo. Para ele, o significante se articula representando o sujeito junto a outro significante, e é a partir daí que ele dá sentido à repetição, “na medida em que ela é repetição que visa o gozo” (LACAN, 1970, p. 45).

Partindo da noção lacaniana de gozo e relacionando a repetição com a morte, podemos avançar um pouco mais. O saber, considerado por Lacan (1970) como aquilo que está em jogo na clínica, quando se trata da incidência da repetição, está presente desde a origem.

Lacan (1970) considera também que esse saber vem ser meio de gozo, como o que ultrapassa os limites do prazer, a partir da repetição. Ele continua elaborando que o que surge dessa articulação é justamente a perda de gozo. Daí concluímos que, onde há saber há perda de gozo, e podemos pensar que na repetição se busca, também, a alienação, a falta de saber que traz em si certo gozo. “É no lugar dessa perda, introduzida pela repetição, que vemos aparecer a função do objeto perdido” (LACAN, 1970, p. 46). E justamente por se ter em si a dimensão da perda que o gozo se faz repetir.

Lacan (1970) separa o sujeito do conhecimento do sujeito do significante. O que o sujeito procura pela repetição é alcançar um significado que nunca se dá. Por essa razão,

Lacan (1964) considera que tudo aquilo que, na repetição, se modula e varia é a alienação de seu sentido, pois o saber seria entrar em contato com a falta em sua plenitude.

O princípio do prazer tem um vetor que o puxa sempre para o nirvana, para a morte, manifestação da pulsão de morte. Mas sempre há uma força, princípio de constância, que não o deixa passar de um limiar, que não o deixa morrer.

Todas as pulsões tendem à restauração de um estado anterior de coisas... O que foi reprimido nunca deixa de esforçar-se em busca da satisfação completa, que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação... sendo que a diferença de quantidade entre o prazer da satisfação que é exigida e a que é realmente conseguida, é que fornece o fator impulsionador que não permite qualquer parada em nenhuma das posições alcançadas (FREUD, 1920, p. 60).

Se fosse possível alcançar o prazer total, aquela satisfação plena que buscamos, morreríamos, atingiríamos o nirvana, e a falta de desejo se instalaria.

Vamos repassar alguns pontos para avançar um pouco mais. Sabemos que, pensando no processo repetitivo e em sua manifestação, que contraria o princípio do prazer, Freud percebe existir algo além dessa questão, uma pulsão que leva o sujeito no sentido da morte, um além que é anterior e independente desse princípio e que funciona de forma a menosprezá-lo, uma tendência de retorno ao inanimado. A repetição então nos remete para algo mais primitivo e mais fundamental que é a pulsão de morte. No entanto, em 1925, em *A Negativa*, a pulsão de morte sofre uma transformação e Freud afirma que nem sempre o funcionamento do aparelho psíquico é regido pelo princípio do prazer, como também observa que a pulsão de morte pode ser vista como um princípio positivo de constituição do psiquismo. Ele afirma, porém, que esse papel positivo não tem relação com a hipótese anterior de uma tendência ao inorgânico.

Garcia-Roza (1986) coloca que o princípio de prazer não se confunde com a pulsão de morte, assim como a pulsão de morte não se confunde com a morte enquanto destino pessoal.

Ele aponta que a pulsão de morte não precisa ser vista como um impulso para morrer. Para ele:

Dizer que a vida aponta para a morte não significa abrir mão da dimensão simbólica que caracteriza essencialmente a psicanálise, mas sim admitir a possibilidade de um limite da palavra, de algo que para além do princípio do prazer, para além do jogo dos signos, diz respeito ao real (GARCIA-ROZA, 1986, p. 92).

A pulsão de morte atua em silêncio, mas não o mesmo silêncio da morte em si. Não se trata de um destino pessoal quando se fala em pulsão de morte. A pulsão de morte diz respeito aos limites do princípio do prazer, e seu referencial não é a morte individual ou a agressividade, mas a compulsão à repetição.

Nesse novo momento do entendimento da pulsão de morte, é por ela que passa a se dar a separação e a constituição do objeto. A perda do objeto funciona como prova de realidade. No início, o bebê ainda não consegue distinguir o seio da mãe e seu próprio corpo, não havendo distinção entre sujeito e objeto. Esse sistema, que se encontra fechado, só será rompido com a ausência de satisfação, que é o que vai provocar o que foi colocado anteriormente como renúncia à satisfação. É nesse momento que é introduzido o princípio de realidade.

Garcia-Roza considera que aqui também a experiência é marcada pela repetição: “o objetivo primeiro e imediato da prova de realidade não é encontrar um objeto que corresponda à representação, mas reencontrar tal objeto” (p. 78). Freud (1925) afirma, porém, que uma pré-condição para o estabelecimento do teste de realidade consiste na perda dos objetos que um dia trouxeram satisfação. Valas (1998) nos chama a atenção para o fato de que a noção de prazer está para além desse primeiro objeto de satisfação que se liga a uma necessidade. Segundo ele, o dualismo princípio do prazer/princípio de realidade poderia estar ligado, quase como reflexo, a uma adaptação da realidade, ao passo que, ao contrário disso, ele está a serviço da satisfação pulsional.

Lacan (1960) propõe três níveis para se articular a pulsão de morte: o nível dos sistemas materiais inanimados - entropia; o nível dos sistemas materiais vivos – retorno ao inanimado; e como vontade de destruição. Não daremos aqui maior elaboração ao primeiro nível, visto que ele seria a pura aplicação do conceito energético de entropia na psicanálise. No segundo nível temos a primeira concepção freudiana, a concepção elaborada em *Além do princípio do prazer*. O terceiro nível, como já mencionado, é aquele para o qual daremos mais atenção neste momento.

Para Lacan (1960), o terceiro nível, da vontade de destruição, é o que mais deixa claro do que realmente se trata na pulsão de morte. Para ele, a noção de retorno ao inanimado não corresponde adequadamente ao conceito de pulsão de morte, por se tratar de uma tendência. Lacan (1960) considera que, na pulsão de morte, não se trata de uma tendência, e sim de uma vontade direta de destruição. A pulsão, assim como a pulsão de morte (destruição), deve estar para além da tendência de retorno ao inanimado.

Essa ‘vontade’ também deve ser diferenciada da agressividade, que seria apenas seu efeito. Lacan (1960) fala de uma vontade de destruição como vontade de “recomeço com novos custos, vontade de outra coisa” (p. 259). Para ele, é igualmente no psiquismo humano que se dá, no registro da experiência, a destruição.

Para Garcia-Roza (1990), se a pulsão coloca em causa o natural, e se é a partir dela que o natural é recriado, é legítima a aproximação feita por Lacan. Também em 1960, Lacan aponta para a possibilidade de que “efetivamente, o que está em questão seja articulado como pulsão de destruição, uma vez que ela põe em causa tudo o que existe. Mas ela é igualmente vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar” (p. 260). Com essa nova concepção da pulsão de morte, então, se recusa a tendência à repetição do mesmo, apontada anteriormente a partir do retorno ao inanimado.

Em 1920, Freud se questionava sobre a autonomia da pulsão de morte. Ele considerava autonomia o fato de sua energia não ser a libido, colocando-se assim em oposição à pulsão sexual. O sadismo e o masoquismo, relacionados a uma força destrutiva, ainda eram considerados como anomalias da pulsão sexual. A falta de uma explicação para a autonomia da pulsão de morte deixava em aberto a possibilidade de uma teoria monista da pulsão (como colocado anteriormente), já que o sadismo e o masoquismo, considerados sexuais, também eram, até então, manifestação da pulsão de morte, e assim poderiam ligar as duas pulsões. A pulsão de morte ainda era, de alguma forma, vinculada à pulsão sexual, pois inclusive a tendência ao inanimado também era aplicável à pulsão sexual. Seria então somente assumindo a autonomia da pulsão de morte que se faria possível manter a dualidade pulsional, de que Freud parecia não abrir mão.

Daí que somente em 1929, em *O Mal estar na civilização*, Freud expõe a plena autonomia da pulsão de morte, entendida como pulsão de destrutividade. A dificuldade de Freud em assumir essa autonomia era compreensível, pois, assim assumindo, ele estaria considerando a existência de uma maldade fundamental no ser humano. Nesse momento, não se trata mais de uma sexualidade que se torna agressiva para atingir seu objetivo, mas sim de uma disposição funcional que é originária ao ser humano, autônoma. A destrutividade e a sexualidade passam a ser consideradas fenômenos autônomos, distintos.

Com essa nova posição da pulsão de morte, Freud (1929) coloca que ela é o maior obstáculo à cultura, pois esta tende a reunir indivíduos, famílias, nações, com o objetivo de formar uma grande unidade que seria a humanidade. Por esta razão, Freud considera que a cultura está a serviço de Eros.

Garcia-Roza (1990) coloca que “a pulsão de morte, entendida como potência destrutiva, tem como alvo a disjunção dessas unidades, a recusa da permanência” (p. 134). Lacan (1960) faz uma diferenciação entre a pulsão sexual e a pulsão de morte, colocando que

a primeira é conservadora, no sentido de construir uniões e de mantê-las, enquanto que a segunda é renovadora. Considerando a pulsão de morte como potência criadora que coloca em causa o natural, é justamente por ela que o natural tem que ser recriado, e assim se justifica a vontade de destruição descrita por Lacan. Daí a diferenciação entre Eros e a pulsão de morte: Eros tende à indiferenciação, enquanto que a pulsão de morte é produtora de diferenças.

Em 1920, Freud considera a pulsão como disjuntora, pensando na pulsão de morte. Para Garcia-Roza (1896), o que ela disjunta seriam os esquemas corporais, que teriam como objetivo cumprir uma função vital, dando lugar a outras formas de articulação com o objeto. Para ele, é na medida em que esses esquemas biológicos inatos são pervertidos nessa função conservadora que é possível se instaurar a diferença, é aí que ela encontra lugar. Em um trabalho posterior, Garcia-Roza (1990) coloca que

A pulsão de morte é anti-natural (como diz Lacan) e anti-cultural (segundo Freud), não no sentido de ter como alvo a destruição da natureza e da cultura, mas no sentido de colocar em causa tanto uma como a outra, de recusar a permanência do ‘mesmo’, de provocar na natureza e na cultura a emergência de novas formas (p. 135).

Podemos concluir então que é a partir dessa noção da pulsão de morte enquanto destrutiva que se pode impedir a perpetuação de formas unitárias que são constituídas por Eros. Eros busca a unificação, a indiferenciação, formando, a partir da cultura, uma grande unidade, uma totalidade. Já a pulsão de morte quebra com essa totalidade, inscrevendo a diferenciação e trazendo à tona a singularidade do indivíduo em contrapartida à totalidade da humanidade. Garcia-Roza (1990) considera que “o projeto de Eros seria o da eliminação da diferença e, portanto, do desejo, numa indiferenciação final que é a humanidade” (p. 137). A pulsão de morte é, então, criadora, e não conservadora, pois impõe novos começos. “A verdadeira morte - morte do desejo, da diferença – sobrevém por efeito de Eros e não da pulsão de morte” (p. 137).



Podemos agora, a partir do que foi desenvolvido, compreender de forma mais ampla a segunda t3pica das puls3es, assim como o conceito de puls3o de morte. Voltaremos a trabalhar a fun33o da puls3o de morte para o presente trabalho no cap3tulo que se segue.

## Capítulo 3

### O amor e a criação

#### 3.1 - A repetição e a clínica psicanalítica

Neste capítulo, iremos discorrer sobre a relação estabelecida entre a repetição e o trabalho analítico. Investigaremos aqui a forma como a repetição se apresenta nesse trabalho a partir de sua relação com a transferência, com a resistência, e com o amor, seus maiores ‘cúmplices’ na análise. Para isso, tomaremos como base três textos metapsicológicos de Freud: *A Dinâmica da transferência* (1912), *Recordar, repetir e elaborar* (1914), e *Observações sobre o amor transferencial* (1915).

Em relação ao conceito de repetição iremos retornar um pouco, pois foi nesse momento de elaboração de sua teoria que Freud reconheceu a repetição como um mecanismo compulsivo, embora não a tivesse ainda como conceito (e sim apenas como um fenômeno inscrito no campo transferencial).

Em 1912, Freud observa que a maneira de o indivíduo se ‘estabelecer’ psiquicamente segue o modelo infantil de funcionamento. Para ele, “cada sujeito, através da ação combinada de sua disposição inata e das influências sofridas durante os primeiros anos, consegue um método específico próprio de conduzir-se na vida erótica” (FREUD, 1912, p. 133). Dessa forma, os relacionamentos seguintes seguirão esse modelo. A inscrição dessa forma de funcionamento no psiquismo faz com que se produzam o que Freud chama de “clichê estereotípico”, que serão constantemente repetidos no decorrer da vida do sujeito.

Freud (1912) aponta duas partes como influentes na formação da atitude do sujeito. Para ele, somente uma parte das pulsões que determinam o curso de sua vida erótica participa de todo o seu desenvolvimento psíquico, parte essa que estaria voltada para a realidade. A outra parte, que não passa por todo o desenvolvimento, ou seja, que foi retida nesse processo, se mantém afastada da consciência e da realidade, de maneira que, inconsciente, se manifesta por meio das fantasias. Para Santos (2002), são as fantasias que permitem uma sobreposição do passado com o presente: “toda nova estrutura de desejo revive os traços de outras anteriores” (p. 67).

Esse material que foi retido pelo inconsciente, e que dá a aparência de ‘esquecido’, é justamente o que foi essencial na infância, não apenas uma pequena de suas partes. Como já vimos anteriormente, a relação da compulsão à repetição com o princípio do prazer é no sentido de desprezá-lo. Dessa forma, no caso de uma pessoa em análise, a compulsão à repetição, pela transferência de parte desses acontecimentos da infância, também despreza esse princípio. Freud (1920, p. 53) então assinala que:

O paciente comporta-se de modo puramente infantil e assim nos mostra que os traços de memória reprimidos de suas experiências primevas não se encontram presentes nele em estado de sujeição, mostrando-se elas, na verdade, em certo sentido, incapazes de obedecer ao processo secundário.

Por essas razões, Freud (1912) considera então “normal” que o sujeito, que se encontra insatisfeito, dirija também essa catexia libidinal para o médico ou analista. Para ele, essa catexia se ligará a um desses clichês, incluindo o analista em uma das séries psíquicas já formadas. Essa elaboração feita em 1912 dá suporte para Freud, em 1914, considerar que o paciente comporta-se em análise da mesma maneira que costuma se comportar fora dela, em todos os seus relacionamentos, e que, por isso, começará seu tratamento com uma repetição desse tipo. “Enquanto o paciente se acha em tratamento, não pode fugir a esta compulsão à

repetição; e, no final, compreendemos que esta é sua maneira de recordar” (FREUD, 1914, p. 197).

Essa observação traz à tona a relação entre a compulsão à repetição e o funcionamento psíquico. A compulsão à repetição está na base do psiquismo. Não sendo algo que acontece somente em análise, ela estaria presente todo o tempo, em todos os relacionamentos do sujeito. Seria, em um movimento pulsional, sua forma de se colocar frente ao outro.

Freud (1914) propõe um questionamento sobre a razão pela qual, aparentemente, as pessoas em análise apresentam esse movimento repetitivo e também transferencial de forma bem mais intensa do que as pessoas fora de análise. Na seqüência, ele conclui que não se trata de o sujeito apresentar esses mecanismos somente em análise, mas sim que ele somente se dá conta de sua existência e de seu funcionamento em análise, nada obstante, por fazerem parte do funcionamento psíquico, estarem ali presentes todo o tempo. Freud (1914) diz que essas características, que fazem parte da transferência, devem ser atribuídas à neurose e não à análise, e é justamente por fazerem parte desse funcionamento, e assim, da neurose, que é possível entrar em contato com o material que se apresenta nesses mecanismos, em análise.

O trabalho analítico sofreu algumas modificações importantes no decorrer do tempo. No princípio (quando o tratamento ainda não era chamado de psicanálise), o paciente era tratado pela hipnose. Nessa época se buscava entrar em contacto com o momento exato em que o sintoma se formava, se recordava esse material e se ab-reagia a ele.

Após a hipnose, se desenvolveu a técnica principal da psicanálise, a associação-livre. Com ela, o foco mudou para buscar saber o que paciente ‘deixava de recordar’, ou seja, a partir da interpretação ele contornava as resistências e comunicava os resultados ao paciente. A ab-reação foi substituída pelo trabalho do paciente em superar suas censuras com a associação-livre.

Somente em um terceiro momento é que a técnica se desenvolveu para a que é até hoje utilizada. O foco em um problema específico é abandonado e parte-se para o presente, identificando as resistências que serão vencidas e dando prosseguimento ao trabalho. O que é importante destacar para o momento é que, para Freud (1914), o objetivo dessas técnicas permaneceu o mesmo: “trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão” (p. 194), ou seja, suspender o recalque.

A sensação de esquecimento e, conseqüentemente, de recordação ficou sempre em evidência no decorrer do desenvolvimento da técnica psicanalítica. Na ‘técnica final’, se é que podemos chamá-la assim, ela deixou de ser o foco do trabalho, mas ainda chamava a atenção. O material que retorna e que se torna evidente em análise traz a noção de recordação, como se aquele material tivesse sido esquecido e estivesse ali, sendo recordado. Mas Freud (1914) nos chama a atenção para um fator de extrema importância: “nestes processos, acontece com extraordinária freqüência ser ‘recordado’ algo que nunca poderia ter sido ‘esquecido’, porque nunca foi, em ocasião alguma, notado – nunca foi consciente” (p. 195).

No entanto, continua ele, parecia não fazer diferença a relação que esse material havia estabelecido anteriormente com a consciência. Não importava se o material havia sido consciente e posteriormente esquecido ou se nunca havia estado na consciência: “a convicção que o paciente alcança no decurso de sua análise é inteiramente independente desse tipo de lembrança” (FREUD, 1914, p. 195). Logo, o analista deve estar preparado para essa submissão do paciente à compulsão à repetição, que então entra no lugar da recordação não apenas com o analista, mas em todos os relacionamentos.

Em se tratando do processo de rememoração, Freud faz uma distinção entre a neurose obsessiva e a histeria. Para ele, a forma como o material associativo se apresenta a partir das lacunas (consideradas efeito da resistência) na neurose obsessiva é diferente da histeria. Na histeria, é como se houvesse uma amnésia e, depois, o esquecimento é relacionado às

experiências que se ligam ao sintoma. Já na neurose obsessiva o que ocorre não está propriamente ligado ao esquecimento, mas às conexões para as lembranças, que ficam isoladas. Na neurose obsessiva há um grande investimento intelectual, de forma que não parece haver uma alienação sobre seu sintoma. As razões para o sintoma estariam na memória, porém sem poder associativo, pois estão desligados do afeto. Aponta Santos (2002) que, no obsessivo, “o que não pode ser associado permanece, não esquecido, mas isolado” (p. 81).

O dualismo pulsional no obsessivo parece estar presente entre o conhecimento e a dúvida. Santos (2002) coloca que a dúvida traz sérias conseqüências para o obsessivo, pois, ao paralisar suas ações, ele ficaria suspenso entre duas alternativas. Na histeria isso se dá de forma bastante diferenciada, pois ela conjuga no sintoma as duas pulsões.

No entanto, para Lacan (1964), existe uma diferença entre a rememoração e a repetição. De uma a outra não há mais orientação temporal, como não há mais reversibilidade: “Simplesmente não são comutativas – não é a mesma coisa começar pela rememoração para lidar com as resistências de repetição, ou começar pela repetição para ter um começo de rememoração” (LACAN, 1964, p. 43). A repetição também se faz em oposição ao saber, o que significa que, quando Freud fala de repetição, ele não mais distingue sua manifestação entre as estruturas neuróticas.

#### a) A transferência e a resistência

A situação analítica é uma situação transferencial, e é em relação a ela que se torna possível o trabalho de análise. Mas, afinal, de que se trata na transferência? Em alemão, *Übertragung* (transferência) tem o sentido de arco que liga duas coisas, mas que comporta ao mesmo tempo a ida e a vinda. A transferência também é denominada de *alienatio*, aludindo

não somente à noção de deslocamento, mas também deixando mais acentuado o aspecto metafórico da substituição. Ela também faz *metáfora* (em grego, transporte), no sentido de transportar de um lugar para outro. A transferência vem então para “substituir” uma falta que em seu lugar de origem não se realizou satisfatoriamente e assim, busca outro lugar para se satisfazer.

Para Lacan (1964), o aspecto de ida e vinda da transferência se apresenta também na construção de seu conceito: “Esse conceito dirige o modo de tratar os pacientes. Inversamente, o modo de tratá-los comanda o conceito” (p. 120). Em um texto anterior, *Fragmento da análise de um caso de histeria (O caso Dora)* (1905), Freud já define a transferência como “novas edições ou cópias das moções e fantasias que devem ser criadas e tomadas conscientes durante o andamento da análise, como um gênero característico de substituição de uma pessoa anterior pela pessoa do médico” (p. 113).

A transferência aparece no momento em que o que é da ordem da lembrança vira vida, vira palavra. O campo da transferência implica um sentir novamente. O que surge na transferência não é somente o material consciente, mas também, e principalmente, o material que foi retido e permanece inconsciente. Para Lacan (1964), a transferência dá acesso à posição primária do inconsciente, que se articula por uma indeterminação do sujeito. A realidade do sujeito é moldada pelas fantasias, e são elas que aparecem na transferência, se tornando material de análise. A transferência encena a fantasia e evoca o analista, que agora é encarnado em um ‘clichê’: “Não se deve esquecer que são precisamente eles (os fenômenos da transferência) que nos prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos ocultos e esquecidos do paciente” (FREUD, 1912, p. 143).

A repetição está diretamente ligada à transferência. A transferência é o fenômeno que liga analista e analisando, e somente a partir dessa ligação é possível apontar aquilo que é da ordem da lembrança. Assim, da mesma forma que na repetição, é o infantil que se apresenta

na transferência, a provocar a busca por um Outro perdido que é “substituído” pelo analista. Trata-se de uma reedição, em uma relação atual, de protótipos de relações infantis, uma busca por esse Outro que no princípio foi suficiente para a criança. O sujeito tenta, com a repetição e na transferência, reencontrar esse Outro perdido. No entanto, não devemos esquecer que a repetição na transferência é alusão a algo que não se consegue mais, relacionado a um objeto, uma satisfação. Esse Outro está relacionado ao objeto perdido, ao *das Ding*.

A repetição, assim como está ligada à transferência, também está fortemente associada à resistência, devido ao fato de que também a transferência tem relação íntima com a resistência. É em 1912 que Freud começa a estabelecer uma relação entre esses fenômenos. Para ele, até esse momento, permanecia incerta essa relação, em razão de que a transferência era considerada como ‘veículo de condição de sucesso’ fora de análise, enquanto que em análise surgia como a ‘resistência mais poderosa’: “À primeira vista, parece ser uma imensa desvantagem, para a psicanálise como método, que aquilo que alhures constitui o fator mais forte no sentido do sucesso nela se transforme no mais poderoso meio de resistência” (FREUD, 1912, p. 135).

É baseado no conceito de *introversão* que Freud (1912) começa a estabelecer essa relação. Nela, a parte da libido que, como mencionado anteriormente, se torna consciente e assim se dirige para a realidade, é diminuída, e a parte que permanece inconsciente e que mantém as fantasias, é aumentada. Nesse momento, a libido sofre uma regressão e revive o infantil. O movimento da análise direciona-se então a seguir a libido, procurando torná-la consciente e, assim, fazer com que tenha utilidade para a realidade. É aí que a problemática se apresenta. No momento em que o trabalho de análise se depara com a libido que estava ‘escondida’, mantendo-se inconsciente, “todas as forças que fizeram a libido regredir erguer-se-ão como ‘resistências’ ao trabalho da análise, a fim de conservar o novo estado de coisas” (FREUD, 1912, p. 137). Por uma razão simples Freud conclui que se não houvesse um



motivo que justificasse o movimento de introversão, como a frustração da satisfação, ela não haveria ocorrido.

Para Freud (1912), todavia, essa razão não é a mais importante para justificar a resistência. Ele considera que a libido sempre esteve atraída pelo inconsciente e por esse motivo a atração da realidade também é diminuída, entrando assim em um movimento regressivo: “A fim de liberá-la, esta atração do inconsciente tem de ser superada, isto é, a repressão das pulsões inconscientes e de suas produções, que entrementes estabeleceu no indivíduo, deve ser removida” (FREUD, 1912, p. 137). Esse é considerado por Freud o movimento responsável pela maior parte das resistências. O trabalho de análise seria contra essas duas fontes.

Freud (1912) aproxima a resistência das lacunas de memória, fazendo ligação com o esquecimento. A superação da resistência corresponderia, então, a preencher essas lacunas. Para Santos (2002), o que parece escapar ao sujeito tem um sentido histórico, seus sintomas, sonhos e fantasias. Assim, ela pontua que “a resistência tem a ver tanto com a obliteração do passado, produzindo o esquecimento, quanto com a atualização do passado na forma de repetição” (SANTOS, 2002, p. 77).

#### b) O amor transferencial

Santos (2002) considera que é sobre o prisma das relações amorosas que se deve pensar o aspecto da substituição, que é característica fundamental da transferência. Em 1912, Freud relaciona a transferência com a libido, colocando o analista como objeto de investimento libidinal no qual também são direcionadas as repetições dos ‘clichês’. Já em 1915, Freud não trata mais da transferência relacionada à libido, mas sim ao amor. Para ele, o amor se sustenta no campo do narcisismo, pois o amor está na relação do Eu com suas fontes

de prazer. Ele possui objeto próprio, que se compromete com a satisfação pulsional sob a forma de satisfação narcísica. Por essa razão, Freud (1915) afirma que a análise deve ocorrer mantendo essa exigência de amor insatisfeita.

O amor transferencial apresenta, segundo Freud (1915), algumas diferenças do ‘amor normal’, o que faz com que ele tenha um lugar especial no tratamento. Ele aponta três diferenças básicas entre essas duas espécies de amor: (1<sup>a</sup>) o amor transferencial surge justamente da situação analítica; (2<sup>a</sup>) sua situação é intensificada pela resistência; e (3<sup>a</sup>) ele ainda apresenta uma insensatez que o coloca em falta com a realidade.

Por ser diferenciado e considerado transferencial, esse amor traz em si também o aspecto da repetição. O paciente o vive como algo novo, em uma alienação de seu sentido. Freud (1915) propõe que “ele não exhibe uma só característica nova que se origine da situação atual, mas compõe-se inteiramente de repetições e cópias de reações anteriores, inclusive infantis” (p. 217), embora o paciente assim o desconheça. Vale observar que estamos considerando aqui o paciente de forma masculina somente como exemplificação, pois, na realidade não importa nem o gênero do paciente nem do analista, pois essa situação diz de um funcionamento inconsciente que desconhece os gêneros.

Santos (2002) observa que para a psicanálise o amor de transferência surge como produção do inconsciente, como um novo sintoma que é dirigido ao analista. E, assim, a única forma de o tratamento ter prosseguimento é quando o paciente aceita essa condição de enamoramento podendo, porém, abrir mão da necessidade de tornar efetivo o amor ou de romper a relação. Dessa forma, “o jogo amoroso que se sustenta na transferência não é simples e só se mantém se a exigência de amor não for satisfeita” (p. 75). Mas ao mesmo tempo, é necessário também para o andamento do tratamento que o analista exista como objeto de fantasia, sendo suporte das repetições. Se o analista não se encaixa em nenhum

clichê pré-determinado psiquicamente, essa relação não acontecerá e, assim, o tratamento também não terá futuro.

Freud (1915) assinala que “um amor desse tipo, fadado a permanecer oculto e não analisado, nunca poderá prestar ao restabelecimento da paciente a contribuição que a análise dele teria extraído” (p. 211). Por essas razões, a posição do analista nesse momento é muito delicada. Não se trata de recusar ou negar o amor, assim como não se trata de satisfazer as exigências amorosas do paciente, da mesma forma que também não se deve buscar sua própria satisfação.

Para o analista, esse fenômeno se refere a um esclarecimento importante, reconhecendo que esse enamoramento foi produzido pela situação analítica e que não diz respeito à sua própria pessoa. A posição do analista e a do analisando frente a esse fenômeno se diferem nesse momento, porque os interesses são diferentes. O objetivo do paciente gira em torno da atuação. O paciente não quer recordar, mas sim repetir, pois repetindo não entra em contato com o material ali envolvido, sempre lembrando que esse não querer não está relacionado à consciência, mas sim ao movimento inconsciente de alienação. Já o analista busca justamente esse material, que, se trabalhado, trará a possibilidade de restabelecimento do paciente.

Freud (1915) enfatiza que um apaixonamento dessa ordem durante o tratamento é trabalho de resistência. O paciente “abandona seus sintomas ou não lhes presta atenção; na verdade declara que está bom. Há uma completa mudança de cena; é como se uma peça de fingimento houvesse sido interrompida pela súbita irrupção da realidade” (p. 211). Dessa forma, o paciente fica sem compreensão interna, ou *insight*. Freud ainda ressalta que a resistência age como um ‘*agent provocateur*’, no sentido de intensificar esse estado amoroso, o que justificaria o funcionamento da repressão.

c) O manejo da transferência e a dinâmica da cura

Lacan, em *O Seminário - Livro 1*, diz que “a resistência se produz no momento em que a palavra de revelação não se diz (...) ele não tem mais saída. Ele se agarra ao outro porque aquilo que é impelido em direção à palavra não acedeu a ele” (p. 62). Assim, quando se suspende a palavra surge o outro, o outro que deve estar presente na transferência. Essa colocação lacaniana é bem próxima da consideração freudiana.

Para Freud (1914), a transferência se apresenta como resistência. No momento em que “algo no material complexo serve para ser transferido para a figura do médico, essa transferência é realizada; ela produz a associação seguinte e se anuncia por sinais de resistência – por uma interrupção, por exemplo.” (p. 138). Para ele, a transferência se apresenta na consciência antes de qualquer outra associação porque ela satisfaz a resistência. No entanto, ele observa, em 1915, que não é a resistência que cria o amor transferencial como forma de evitar a consciência desse material; ela já o encontra pronto e, assim, faz uso dele agravando a resistência.

Freud (1914) coloca então que esses fenômenos se repetem inúmeras vezes no decorrer de uma análise. Santos (2002) também traz uma observação sobre esse ponto, dizendo que “o que há de dinâmico na transferência é uma oscilação entre uma abertura ao material inconsciente que se apresenta sob a forma de rememoração e um fechamento, uma interrupção no acesso a esse mesmo material, sob a forma de resistência” (p. 64). E, para ela, o que determina essa dinâmica é o movimento da libido.

Estabelecida essa relação, Freud (1914) conclui que todos os conflitos em análise serão trabalhados na esfera da transferência, atribuindo-lhe, assim, um papel muito importante dentro do trabalho de análise. Ele diz que “a transferência, no tratamento analítico, invariavelmente nos aparece, desde o início, como a arma mais forte da resistência, e

podemos concluir que a intensidade e persistência da transferência constituem efeito e expressão da resistência” (FREUD, 1914, p. 139).

Freud (1914) faz, nesse momento, em uma tentativa de justificar ainda mais a relação de proximidade entre a transferência e a resistência, uma distinção entre transferência positiva e negativa. Não iremos prolongar muito essa descrição de Freud, mas apenas registrar que, nessa elaboração, ele passa a considerar que apenas as transferências negativas estão relacionadas à resistência. Elas se movimentam no sentido de dificultar o surgimento de material inconsciente que possa oferecer à análise algum trabalho, de forma que se torna, muitas vezes, impossível continuar. Em oposição a ela, a transferência positiva estaria relacionada ao movimento de progresso na análise, impulsionando analista e analisando ao desenvolvimento do tratamento.

As repetições em análise se dão na esfera da transferência. Freud (1914) considera que “a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido” (p. 197), pois se repete também com o analista justamente aquilo que é da ordem do infantil. Em 1920 Freud vai observar que essas repetições, que surgem muitas vezes de forma aparentemente exata e, portanto, se tornam indesejadas, sempre terão como tema alguma parte da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e do que dele resulta, e, assim, são invariavelmente atuadas (*acted out*) na esfera da transferência, na relação do paciente com o médico.

A partir dessas repetições que se dão através da transferência é que somos levados ao despertar das lembranças que aparecem após a resistência ter sido superada. Mas não devemos esquecer que haverá sempre resistência conforme se percorre o caminho da análise, e que a resistência nunca será ela toda eliminada: “O caminho para trás que conduz à satisfação completa acha-se, via de regra, obstruído pelas resistências que mantêm as repressões” (FREUD, 1920 p. 60).

Entendendo da mesma forma, Garcia-Roza (1986) coloca que a transferência é um substituto da recordação e, portanto, uma resistência a esta última e à verbalização. Quando o analisando repete, ele não está recordando, mas sim atuando, ou seja, o material surge como ação, e não como lembrança. Dessa forma, ele não elabora a repetição em seu discurso, pois na verdade ele não sabe que está repetindo. É por essa razão que a repetição é sempre inconsciente, caso contrário, se ela se desse na esfera da consciência, perderia seu mecanismo defensivo. Lembrando assim que a repetição está em oposição ao saber e assim, relacionada ao atuar, Santos (2002) considera que quando a palavra falta é sinal de que houve também transferência e, assim, repetição.

Segundo Guirado (1995), não é profano tocar o sagrado posto da transferência, mas sim, e rigorosamente, um gesto de coerência com aquilo que se propõe a fazer, lançar luzes sobre algo que, quando se desconhece, repete-se e, com isso, se aliena. Há então uma alienação na repetição. A alienação parte também do fato de se colocar o analista no lugar de um Outro. Lacan (1964) afirma que, “ao persuadir o outro de que ele tem aquilo que nos pode completar, nós nos garantimos de poder continuar a desconhecer precisamente aquilo que nos falta” (p. 128).

Segundo Freud (1914), quanto maior a resistência, maior será a atuação, ou seja, a repetição que substituirá o recordar. Há, então, um movimento de repetição ao invés de uma recordação, já que a repetição age sob as condições da resistência. Há uma negação na repetição, uma alienação; quando repetimos não queremos recordar, não queremos saber. Por isso é que são as resistências que determinam a seqüência do material que deve ser repetido. É, assim, a partir da falta da palavra que os três conceitos se aproximam em relação íntima e impossível de separar.

Devido à importância estabelecida para a transferência no tratamento analítico, Freud considera que ela é, de fato, uma das maiores dificuldades para o analista: “Essa luta entre o

médico e o paciente, entre o intelecto e a vida pulsional, entre a compreensão e a procura da ação, é travada, quase exclusivamente, nos fenômenos da transferência” (FREUD, 1912, p. 143). Santos (2002) faz, aqui, uma importante observação. Para ela, essa oposição entre o intelecto e o pulsional não diz respeito somente a uma separação entre o que diz respeito ao psíquico e ao motor. Santos (2002) pontua que a diferença é que a ação não comporta qualquer saber sobre a satisfação, de forma que o intelecto procura o saber ao mesmo tempo em que a pulsão procura apenas a satisfação.

Mesmo sendo, porém, a transferência a maior dificuldade para o analista, é também somente por meio dela que, em análise, se tem contacto com o material inconsciente. O duplo aspecto que surge na transferência pode também contribuir para essa dificuldade dos analistas em lidar com ela.

Daremos a esse duplo aspecto da transferência também uma noção de dualidade. Podemos, a partir dessa dualidade, apontar que a transferência traz em si uma repetição como movimento de retorno ao mesmo (se assim já podemos considerar), como um retorno aos afetos infantis e ao mesmo tempo uma atualização desses afetos direcionada ao analista.

A transferência se endereça ao analista, de forma que ele se torna ao mesmo tempo transitário e destinatário. Garcia-Roza (1986) chama a atenção para esse ponto e diz que “o que se repete faz-se num ato que só toma sentido em relação ao analista, o que implicaria, pelo menos, que fizéssemos uma distinção entre ‘repetição do mesmo’ e ‘repetição diferencial” (p. 23).

A concepção freudiana da repetição não admite a totalização, apresentando assim a possibilidade de uma renovação, e o fenômeno transferencial, com sua atualização, nos deixa aberto o caminho para pensar nessa renovação.

A partir desse material que é atualizado para o analista, é necessário que ele faça as vezes do Outro perdido que o paciente (como sujeito) busca. Porém, é preciso ter muito

cuidado, pois o analista não deve assumir esse lugar, apenas o tomar emprestado. Segundo Santos (2002), o analista tomaria o lugar dos objetos no qual o desejo seria investido. Esse movimento não é de puro deslocamento. Tem aquilo que repete, assim como também tem aquilo que é novo, alguma coisa que é para esse outro, que é para o analista. Por existir nesse processo algo que é realmente direcionado ao analista, podemos considerar antecipadamente que há aí um processo de criação. Uma criação que se dá a partir dessa repetição, uma atualização da ordem do infantil para esse outro que se apresenta na figura do analista.

Devemos sempre estar atentos, porém, pois esse material que é atualizado e direcionado ao analista não é a ele que se refere, não é direcionado à pessoa do analista, mas àquele que está ali subjetivamente, àquele que ele representa. É de um lugar que se trata. Santos (2002) afirma que existe uma estrutura que parece sustentar o amor transferencial, pois a situação pode continuar inalterada mesmo sendo a pessoa do analista substituída.

É preciso permitir que o paciente exponha sua situação amorosa para que essa angústia se torne material de trabalho. O analista não pode estar como figura, somente como substituto. “O que poderíamos oferecer nunca seria mais que um substituto, pois a condição da paciente é tal que, até que suas repressões sejam removidas, ela é incapaz de alcançar satisfação real” (FREUD, 1915, p. 214).

Podemos também pensar que, a partir do momento em que o sujeito vive a situação como uma situação nova, ele já traz em si algo de realmente novo, sendo assim uma repetição do mesmo, ao mesmo tempo em que um novo elemento a diferencia. A sensação do paciente, na consciência, é de uma situação diferente das anteriores.

A análise precisa, então, ir à borda, borda da situação analítica, ao limite onde pode comparecer o novo, o criativo, onde há perspectiva de saída do analisando para o outro como alteridade. A função do analista seria ficar nessa borda de transferência, se colocando como alteridade, não somente como outro projetivo. O analista deve cooperar para que o paciente



ultrapasse esse momento, superando o princípio do prazer e abandonando uma satisfação. Freud (1915) observa que, “para conseguir essa superação, ela tem de ser conduzida através do período primevo de seu desenvolvimento mental e, nesse caminho, tem de adquirir a parte adicional de liberdade mental que distingue a atividade mental consciente da inconsciente” (p. 220). O outro não complementa a mim, o outro é a diferença.

Por isso é que podemos considerar que o trabalho analítico só tem início quando se tem uma repetição dessa ordem na transferência, ou seja, uma repetição em análise, com o analista, pois se não há repetição, se o analista não se “encaixa” em nenhum ‘clichê’, não é possível que haja transferência, e assim também não é possível que se dê o trabalho de análise.

Dessa forma, para que seja possível a análise, é preciso que o analista esteja atento à situação que o paciente repete em todos os seus relacionamentos, mas somente a partir dessa repetição de amor com o analista é que o efetivo trabalho se dá. A repetição não é, então, um incômodo para a análise; pelo contrário, ela é fundamental para o tratamento. É possível que a análise se beneficie do material recalcado que se dá por meio dela. “É uma espécie de dramatização do recalcado. Se a transferência se torna o espaço privilegiado da repetição ela pode circunscrever as reações ‘anormais’ do paciente evitando que ele as atue fora do tratamento” (SANTOS, 2002, p. 84).

Para isso se tornar possível, Lacan (1964) acentua que o analista não deve tomar as declarações do sujeito ao pé da letra, e sim trabalhar com os tropeços, com o que reaparece a todo instante. O analista deve estar atento ao fato de que também através da fala, em seu discurso, o analisando se mostra repetindo.

Freud (1915) considera que, para o analista, as únicas dificuldades realmente sérias que tem de enfrentar se encontram no manejo da transferência, pois é justamente através desse manejo que é possível fazer com que o analisando transforme a repetição em um motivo para

recordar. Utilizando a interpretação, é possível que o paciente elabore essa repetição. A elaboração é necessária para que o sujeito a perceba como tal; sem elaboração ele a perceberá sempre como algo novo. “A repetição é algo que, em sua verdadeira natureza, está sempre velado na análise, por causa da identificação da repetição com a transferência na conceitualização dos analistas” (LACAN, 1964, p. 56).

O sujeito é representado pela fala. No processo de análise, quando é possível uma fala, ela pode dar significado à repetição e se torna possível um processo de elaboração. Quando o sujeito fala, não precisa atuar. Santos (2002) considera que a linguagem é o único meio de lidar com as produções do inconsciente. O inconsciente surge de várias formas: fantasias, sonhos, chistes, atuações,... mas somente a fala produz um saber sobre esse conteúdo. É por essa razão que Freud dá extrema importância à condução do analista na situação transferencial, no sentido de manter o paciente insatisfeito em seu amor, mas ao mesmo tempo dar escuta a ele. Para Freud (1915), “é tão desastroso para a análise que o anseio da paciente por amor seja satisfeito, quanto que seja suprimido” (p. 216). A partir do momento em que o analista se mostra estando à prova de qualquer tentação, maior a possibilidade de trabalho, pois será possível a ele e ao paciente assumirem seu lugar de fato. E, desse lugar, é possível que ao paciente abra caminho para o que seriam as raízes infantis de seu amor.

Dessa forma, então, a solução do conflito transferencial implica simultaneamente a do conflito infantil, já que aquele nada mais é que a reedição deste. É necessário então cuidado com o manejo da transferência, ou seja, não ceder às exigências amorosas do paciente constitui o maior cuidado nesse manejo. O analista não deve se colocar no lugar em que é colocado, pois assim o analista também estará repetindo. Freud (1917, p. 517) registra que:

É impossível ceder às exigências do paciente, decorrentes da transferência (...). Superamos a transferência mostrando ao paciente que seus sentimentos não se originam da situação atual e não se aplicam à pessoa do médico, mas sim que eles

estão repetindo algo que lhe aconteceu anteriormente. Desse modo, obrigamo-lo a transformar a repetição em lembrança.

Para Freud (1920, p. 32), a possibilidade de sucesso terapêutico surgirá quando o analista faz o analisando:

Reexperimentar alguma parte de sua vida esquecida, mas deve também cuidar, por outro lado, que o paciente retenha certo grau de alheamento, que lhe permitirá, a despeito de tudo, reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido.

Assim, o analista dá suporte às associações. A transferência deve aparecer, para o analista começar a interpretar. A interpretação apressada, antes do tempo do paciente, pode retirar esse suporte que é extremamente necessário para o andamento do tratamento. Dessa forma, o sucesso também ‘depende’ de que a ligação amorosa se mantenha até que termine o tratamento.

Podemos então, a partir da negação, e dentro da transferência, elaborar esse princípio repetitivo. Só se pode abandoná-lo, porém, quando se percebe que essas atitudes para com o analista e os outros relacionamentos são da ordem da repetição do infantil, e não algo novo que se esteja a viver. O paciente só percebe que aquilo que ele vive como algo novo é repetição em um momento depois, só depois, em um segundo momento, a partir da elaboração. É na transferência e na elaboração do repetido que temos essa abertura para a criação. Mas o novo também vem como realmente novo em um só depois; não decidimos mudar, só o percebemos também em um segundo momento, depois que o significamos.

É assim que podemos “criar o novo”. Segundo Garcia-Roza (1986), “se transferência é repetição, ela é uma repetição do diferencial, e somente sob este aspecto a repetição toma um sentido positivo e pode construir-se como um instrumento no sentido de cura” (p.23).

#### d) A transferência em Lacan

Lacan traz, em *O Seminário - Livro 11*, uma concepção um pouco diferenciada sobre a transferência. É nesse seminário, em que ele intitula de, *Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, que Lacan considera a transferência como a atualização da realidade do inconsciente. Chegaremos lá.

Um primeiro questionamento que Lacan (1964) propõe é: o que busca o paciente no analista? Com a falta instaurada no sujeito, ele busca a satisfação que, na repetição, propõe uma alienação da verdade sobre o sintoma do sujeito. O sujeito então supõe no analista alguém que sabe sobre o seu sintoma, alguém que sabe sobre sua verdade. Sabe, ao menos, mais que o paciente. O analista se torna, então, para Lacan, o sujeito que é suposto saber (SsS), aquele que sabe sobre a verdade do outro. A função do suposto saber é necessária para que se dê a transferência, que surge no momento em que o paciente supõe algo no analista. É aí que o analista se ‘encaixa’ em algum ‘clichê’, como coloca Freud. Porém, como já apontado anteriormente, o analista não pode assumir esse lugar, pois de fato ele não possui esse saber absoluto, no qual o paciente o coloca. Ao mesmo tempo, no entanto, ele tende a se manter nesse lugar, de objeto da transferência.

Lacan (1964) considera que a transferência, como já determinada, é uma via precária. Ele aponta que se a transferência pretende, através da repetição (em relação a algo sempre faltoso), restituir a continuidade de uma história, ela só poderá fazer ressurgir uma relação que é, por sua natureza, sincopada. Ele também considera que “a transferência, como modo operatório, não poderia bastar-se em se confundir com a eficácia da repetição, com a restauração do que está ocultado no inconsciente, se não com a catarse dos elementos inconscientes” (LACAN, 1964, p. 137).

Para Lacan (1964), a transferência não é um simples meio, assim como também não é o fim terapêutico, de forma que se torna impossível situar a transferência nas referências anteriores. É aí que ele introduz sua concepção da transferência:

A transferência não é a atualização da ilusão que nos levaria a essa identificação alienante que constitui qualquer conformização, ainda que a um modelo ideal, de que o analista, em caso algum, poderia ser suporte – a transferência é a atualização da realidade do inconsciente (LACAN, 1964, p. 139).

Como, para Lacan (1964), a transferência se refere a uma atualização do inconsciente, devemos rever alguns pontos sobre sua concepção do inconsciente. Para Freud, a sexualidade é consubstancial no inconsciente, a realidade do inconsciente é a realidade sexual. Porém, Lacan acentua para uma outra dimensão, onde a relação do inconsciente com o sexual está distanciada. Segundo ele, na análise surge uma concepção da realidade que foge à noção freudiana que a situava no nível do processo secundário. Lacan aponta que “se Freud opõe o princípio de realidade ao princípio do prazer, é justamente na medida em que a realidade é aí definida como dessexualizada” (LACAN, 1964, p. 147). Para ele, a libido é o que faz a conexão entre o inconsciente e o sexual, porém ele aponta que não se trata de um ponto de interseção, mas sim de um vazio. O lugar de junção, que presentifica o inconsciente e a realidade sexual, é o desejo.

Mas, de qual desejo fala Lacan nesse momento? Do desejo do analista. Levando em consideração a proposta freudiana de que o desejo do sujeito é o desejo do outro, em análise, o desejo do paciente seria o desejo do analista. É a partir da análise de relatos do caso de *Anna O.* que Lacan (1964) chega a essa posição (não entraremos em sua descrição detalhadamente). A transferência está ligada ao desejo, assim, é nela que se deve inscrever o peso da realidade sexual, que se encontra velada. A sexualidade estaria, portanto, no que se passa no discurso analítico. Dessa forma, no fenômeno da transferência estão incluídos o sujeito e o analista.

Como já colocado anteriormente, Lacan (1964) estrutura o inconsciente como uma linguagem, ou seja, os efeitos da fala sobre o sujeito. É nisso que ele se baseia para dizer que a realidade do inconsciente está na constituição do sujeito, e não em outro lugar. A linguagem é o que faz do ser humano sujeito. Sujeito da psicanálise, sujeito do próprio desejo, barrado pelo inconsciente. Quando o sujeito entra nessa dinâmica, sendo sujeito do desejo, ele se torna suposto saber. E então Lacan coloca que “o que se passa é aquilo que chamamos em sua aparição mais comum *efeito de transferência*. Este efeito é o amor” (LACAN, 1964, p. 239). A esse amor, ele também referencia o narcisismo; para ele, amar é querer ser amado. O amor se opõe à revelação devido ao fato de que ele está, como efeito da transferência, ligado à sua face da resistência. Ele, ao mesmo tempo, é necessário para a interpretação, assim como fecha o sujeito para ela. Dessa forma, Lacan (1964) afirma que “o efeito da alienação em que se articula na relação do sujeito ao Outro, o efeito que somos, é aqui absolutamente manifesto” (p. 239).

Para Lacan (1964), enfim, a transferência não está relacionada a uma sombra de algo anterior, mas sim relacionada a uma tapeação do sujeito. “O sujeito enquanto assujeitado ao desejo do analista, deseja enganá-lo dessa sujeição, fazendo-se amar por ele, propondo por si mesmo essa falsidade essencial que é o amor” (LACAN, 1964, p. 240). Assim, o efeito de transferência diz respeito a esse ‘efeito de tapeação’, que se repete, por ter a mesma forma. Temos, então, que, é a partir do amor de transferência que se dá o encontro entre o desejo do analista e o desejo do sujeito.

### 3.2 – Fim de análise: para onde vai o amor?

‘No início era o amor’. É assim que Lacan começa sua discussão sobre a transferência, em seu *O Seminário - Livro 8*. Cabe perguntar: no início de que? No início da situação analítica. Ali, onde se inicia uma relação entre analista e analisando, é que se inscreve o amor. Freud nos diz que a situação analítica se inicia com uma repetição; assim, o amor se dá nessa repetição.

Vimos, no tópico anterior, como o amor e a repetição se apresentam para fundar e manter a relação analítica, que é uma relação de amor, uma relação transferencial. Como podemos, no entanto, articular essas questões ao fim de análise? Para iniciar esse caminho, temos de lançar um outro questionamento: afinal, uma análise tem fim?

Um dos últimos trabalhos de Freud centrou-se justamente nessa questão. Em *Análise terminável e interminável* (1937), Freud faz uma busca teórica com o intuito de encontrar uma resposta que viesse confirmar sua posição: a do sentido interminável de uma análise. Mas, o que significa dizer que uma análise tem fim ou não tem fim? Em que se baseia o fim de uma análise?

Freud (1937) vai colocar, à guisa de pressupostos para o fim de uma análise, duas condições. A primeira é relacionada aos sintomas do paciente. O fim da análise estaria na remissão de todos os sintomas do paciente, que, assim, veria superadas as suas angústias. Vimos, porém, que com o fim da hipnose este passou a não ser mais o objetivo da análise, estando a escuta do analista direcionada para além dos sintomas do paciente. A segunda condição apresentada por Freud é a que mais nos interessa. Ela se torna bastante importante também para o seguimento que ele dá em seu texto. É a respeito da neurose: “que o analista julgue que foi tornado consciente tanto material reprimido, que foi explicada tanta coisa

ininteligível, que foram vencidas tantas resistências internas, que não há necessidade de temer uma repetição do processo patológico em apreço” (FREUD, 1937, p. 251). Vale lembrar que a neurose está sendo compreendida, aqui, não como doença ou algo que foge do ‘normal’, mas como estrutura de funcionamento psíquico, ou seja, a forma como o sujeito se coloca, subjetivamente, em relação ao Outro.

Com as condições apresentadas por Freud podemos perceber que o fim da análise não está relacionado ao momento em que analista e analisando param de se encontrar. Temos que levar em consideração algo que está além desse encontro físico que se estabelece entre os dois. É necessário considerar o que é que funda e mantém um trabalho de análise, para poder estabelecer o seu término.

Como vimos no tópico anterior, o trabalho de uma análise está marcado pela transferência, pela relação que se estabelece entre analista e analisando. Essa relação diz de um encontro subjetivo, inconsciente, e não somente físico. A presença do analista se torna importante das duas formas, não somente física, nem somente subjetiva, mas pela combinação de ambas. A presença do analista com sua palavra que faz com que seja possível a transferência. Para Lacan (1964), a presença do analista está incluída no conceito do inconsciente. Essa observação deixa ainda mais evidente sua importância. Assim, o fim de uma análise, que trata do inconsciente, deve estar também associado à transferência e, logo, ao amor. Cabe verificar, então, se isso se torna possível, e, também, quais são as suas consequências.

O fim de análise apresentado por Freud, em 1937, sob essas duas condições se torna algo tão grandioso que podemos dizer, de antemão, que se torna impossível. Diz ele a respeito dessas condições:

É como se fosse possível, por meio da análise, chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta – um nível, ademais, em relação ao qual pudéssemos confiar em que seria capaz de permanecer estável, tal como se, talvez, tivéssemos alcançado



êxito em solucionar todas as repressões do paciente e em preencher todas as lacunas em sua lembrança (FREUD, 1937, p. 251).

Dito de outra forma, assim como é possível alcançar somente parcialmente a satisfação, por proximidade ao objeto preenchemos, também, somente parcialmente as lacunas da consciência.

A ‘normalidade’, tão intensamente buscada por Freud em vários de seus trabalhos, perde lugar para a neurose, para aquilo que sempre retorna, para a insatisfação eterna e para a busca incansável da satisfação. Assim, é possível que, mesmo com o término de encontros entre analista e analisando, seus sintomas, sua angústia, sua neurose, retornem. Freud (1937) vai dizer que, “indubitavelmente, a segunda moléstia do paciente pode ter-se originado da mesma fonte que a primeira, que fora superada com êxito: pode ter sido uma manifestação diferente dos mesmos impulsos reprimidos, que só incompletamente solucionara” (p. 254). Existe aquilo a que sempre se retorna. Aquilo que foi perdido, que é tão primitivo e que sempre se busca. Aquilo que gera um sintoma pode gerar outros tantos.

O movimento pulsional com seu conflito, vida e morte, seu movimento cíclico e constante, que se mantém na insatisfação do objeto, é essa a principal razão que Freud (1937) vai atribuir ao ‘interminável’ da análise. Freud (1937) considera que não é possível um ‘amansamento’ da pulsão: “isso em geral é impossível, e tampouco, de modo algum, é de se desejar” (p. 256). É necessário manter o paciente nessa insatisfação que dá movimento à pulsão, que inscreve esse conflito, evitar uma inércia psíquica que se contente com uma solução incompleta. Freud (1937) então considera a pulsão de morte como o fator mais impeditivo do fim de uma análise. Devido a seu caráter de destrutividade, ela mantém o conflito pulsional e está além de qualquer possibilidade de controle.

Assim, a análise também se mantém na base da frustração, frustração que se mantém por não atender à demanda do paciente, à demanda de amor. A situação transferencial tem limites no sentido de que os pacientes não trazem todos os conflitos para a transferência,

assim como o analista também não é capacitado de tamanha indiferença que possa evocar todos os conflitos do paciente. Freud observa, a respeito, que “não devemos esquecer que o relacionamento analítico se baseia no amor à verdade, isto é, no reconhecimento da realidade” (FREUD, 1937, p. 282).

Lacan, em *O Seminário - Livro 17* registra que o amor à verdade está relacionado à falta-a-ser da verdade, que ele relaciona, por sua vez, à falta de esquecimento, que não se trata de algo da ordem do ser, no sentido de um ser pleno. Assim, o amor à verdade é o amor à fragilidade, ao que a verdade, ao invés de mostrar, esconde. Para ele (1970), a verdade é a impotência. Ele propõe então que “ali é que se edifica tudo o que concerne à verdade. Que haja amor à fraqueza, está aí sem dúvida a essência do amor. Como já disse, o amor é dar o que não se tem, ou seja, aquilo que poderia reparar essa fraqueza original” (LACAN, 1970, p. 49).

É nesse momento que podemos retornar ao nosso poema e compreender tão estranha declaração de amor:

Eu te amo pelas tuas faltas, pelo teu corpo marcado, pelas tuas cicatrizes...  
Mesmo e fora de si eu te amo pela tua essência  
Até pelo que você podia ter sido  
Se a maré das circunstâncias não tivesse te banhado nas águas do equívoco...  
Eu te amo pelas tuas ilusões perdidas e pelos teus sonhos inúteis...

Podemos dizer que temos aqui uma aproximação poética do que seria a essência do amor, considerado por Lacan um amor à falta.

Quando o paciente considera que o outro possui aquilo que o completa, ele se mantém dentro de sua alienação. Ele continua desconhecendo aquilo que falta, e, por isso, o que Lacan (1964) chamou de ‘círculo da tapeação’ se mantém. É essa tapeação, que na transferência faz surgir o amor. O próprio Lacan (1964) nos adverte, porém, que “ali (na transferência), se trata de uma espécie de falso amor, de sombra de amor” (p. 119).

No início da análise e, assim, da transferência, temos ainda o analista como sujeito suposto saber. Para Lacan (1973), a comunicação na análise provém dessa suposição de um saber no analista, uma via que transcende o sentido. Mas é tendo o analista nessa posição que nos mantemos alienados, que nos mantemos no amor, e assim, repetindo. Assim, é necessário que se abdique desse lugar. Lacan (1964) faz, aqui, uma observação bastante interessante, adiantando que, quando o paciente tem o analista como suposto saber, ele, na verdade, nada sabe sobre o paciente. Em 1973, em *Introdução à edição alemã [...]*, Lacan vai dizer que “o médico, tal como a apaixonada não enxerga muito longe, é a outro lugar que eles precisam ir” (p. 552). E é quando o analista sabe algo sobre o paciente que ele deve se destituir desse lugar. O paciente se apresenta ao Outro na tentativa de se fazer amável. Freud classifica esse momento como identificação. O sujeito estando na relação como identificado mantém o amor de forma a tapear o desejo, o seu desejo.

A descoberta do analista se torna necessária, e é pela transferência, essa mesma que institui a alienação, que isso se torna possível. A descoberta do analista implica a descoberta da falta, da falta do sujeito. No início, na alienação, o sujeito se comporta como se fosse o analista que soubesse de seu desejo. O desejo do paciente está no analista; é aí que encontramos aquilo de que fala Lacan: é do desejo do analista que se trata: “A operação e a manobra da transferência devem ser regradas de maneira que se mantenha a distância entre o ponto desde onde o sujeito se vê amável, e esse outro ponto em que o sujeito se vê causado como falta” (LACAN, 1964, p. 255). Assim, é nesse ponto da falta que o sujeito deve se reconhecer.

Por mais paradoxal que seja, é nesse ponto, se reconhecendo na falta, que o sujeito passa a ser suposto saber. “O que figurei por uma borda retorna sobre o plano constituído pelo lugar do Outro, a partir da região em que o sujeito, realizando-se em sua fala, se institui no nível do sujeito suposto saber” (LACAN, 1964, p. 257). É, em sua fala na análise, para esse

Outro, que sua falta deve surgir. O recurso para isso está, segundo Lacan (1973), em decifrar o inconsciente.

O analista tem que tombar dessa identificação que o mantém como suposto saber para poder dar suporte ao paciente, com sua falta e com seu desejo. É na falta central que o sujeito se experimenta como desejo. A partir daí é que “a experiência do sujeito é assim reconduzida ao plano onde se pode presentificar, da realidade do inconsciente, a pulsão” (LACAN, 1964, p. 259). A pulsão é o mais-além da análise. Ali, onde se torna impossível seu fim. Onde devemos ultrapassar a alienação para fazer surgir o desejo, onde ele se torna sujeito do próprio desejo.

Assim, é o amor, na transferência, que, ligado à alienação, mantém o sujeito submetido ao desejo do analista. Somente quando ele ultrapassa o amor, e destitui o analista da posição de suposto saber, é possível ele mesmo se tornar suposto saber. Saber de seu desejo, de sua falta, de seu vazio.

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele. Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, porque fora dos limites da lei, somente onde ele pode viver (LACAN, 1964, p. 260).

Podemos então concluir que a análise enquanto encontro subjetivo não tem fim. A pulsão permanece. O sujeito permanece no seu desejo. Mas, então, o que é possível de se inscrever a partir do desejo na repetição? Cumprir dar seqüência a esse ponto.

### 3.3 - Retorno ou Criação?

Tendo como base o caminho estabelecido neste trabalho, podemos chegar a algumas proposições.

Temos já discutido de várias formas a questão da insatisfação, porém, ainda não a podemos deixar de lado e, por isso, voltamos a ela mais uma vez. A repetição está sempre relacionada à insatisfação. A insatisfação está na busca do objeto absoluto, mas sempre perdido. A perda desse objeto é a perda de um objeto que nunca foi tido. Um vazio. É nesse vazio que está a Coisa, *das Ding*.

A diferença entre objeto (*Gegenstand*) e coisa (*Ding*) já foi estabelecida, lembrando que objeto é o que se apresenta diante de algo e coisa é marcada pela sua autenticidade, ou seja, ela pode, ou não, tornar-se um objeto. Lacan, no *Seminário 7*, se utiliza da definição feita por Heidegger, no texto *A Coisa* publicado no livro *Ensaaios e conferências*, para falar do que torna, de fato, algo uma coisa. Para Heidegger, um jarro é uma coisa.

O jarro é produzido pelo oleiro a partir do barro, mas não é a sua produção que faz dele um jarro. Sua autenticidade está no fato de que, uma vez produzido, ele se mantém por si mesmo. O que Lacan (1960) aponta como o que faz do jarro uma coisa é justamente o vazio deixado por ele, porém, um jarro tem que poder ser preenchido para se tornar um jarro. O que pode ser preenchido é o vazio, não suas bordas, o fundo ou as paredes, mas o vazio. Assim temos que não é somente o vazio, mas também a possibilidade de ser preenchido que faz do jarro um jarro e, assim, uma coisa.

O jarro, quando criado, introduz o vazio e o pleno, ao mesmo tempo. É por essa via que Lacan (1960) faz a aproximação entre o jarro e *das Ding*. O vazio do jarro é o vazio de *das Ding*. A Coisa se faz presente pelo vazio, e, por essa razão, ela nunca existiu como objeto.

*Das Ding* está no ponto zero da cadeia significante; é a partir daí que a cadeia se constitui, que se dá uma seqüência de significantes. A Coisa é o vazio que constitui a cadeia significante. Assim, o vazio pode ter a função de inscrever diferenças.

Podemos pensar, também a partir dessas observações, o aspecto da criação. A criação é feita a partir do vazio. Pensando o jarro como um objeto que representa a existência de um vazio, a Coisa, ele se apresenta como um nada – *Nihil*. “É por isso que o oleiro... cria o vaso em torno desse vazio com sua mão, o cria assim como o criador mítico, *ex nihilo*, a partir do furo” (LACAN, 1960, p. 153). Para Lacan, a noção de criação é extensão exata dessa situação da Coisa.

Lacan (1960) considera que a pulsão tem relação com *das Ding*, assim como o vazio tem relação com a Coisa, pois ela é distinta do objeto. A pulsão de morte não possui objeto, ela é energia dispersa. A pulsão e o desejo estão ligados ao vazio da Coisa. É esse vazio que buscamos preencher com os objetos representativos da pulsão.

Verificamos no capítulo anterior que a pulsão de morte é vontade de destruição. Ela é considerada vontade de destruição, pois impõe um novo recomeço. Ela é potência destrutiva já que, a partir do momento em que recusa a permanência das mesmas formas, ela recusa a repetição do mesmo. A pulsão de morte é constitutiva do sujeito a partir do fato de que é através dela que se dá a separação entre o sujeito e o Outro. A pulsão de morte é, então, também potência criadora a partir do vazio, a partir do nada.

Em *O seminário 11*, Lacan já afirma que a repetição demanda o novo, que ela é, com efeito, algo que se produz, mesmo estando sempre velada na análise. Logo, ela não é somente repetição do mesmo. A pulsão de vida – Eros - se apresenta como repetição do mesmo, na medida em que busca a indiferenciação do sujeito. E a pulsão de morte é renovadora, podendo ser compreendida como repetição criadora de diferenças. O vazio da Coisa se apresenta pela

pulsão de morte e é, a partir dela, que a pulsão cria novas formas que serão constituintes do sujeito, no seu desejo.

Eros elimina a diferenciação e, assim, elimina o desejo. O desejo está ligado à pulsão de morte, podendo ser compreendido como pura diferença. É dele que se faz a individualização do sujeito. A morte, imposta pela pulsão de vida, é justamente a morte do desejo. É então do desejo que deve advir o sujeito, na sua singularidade.

Já vimos no tópico anterior que o sujeito se torna senhor do próprio desejo quando ele ‘sabe’ sobre sua falta. É na falta que está o desejo. Na situação analítica é, então, o ‘cair’ do analista da posição de suposto saber que proporciona ao paciente surgir como sujeito. Sujeito do próprio desejo. Enquanto o sujeito está alienado no amor, ele nada sabe sobre seu desejo. É o desejo do analista que impera. No entanto, é necessário que o analista abdique desse lugar para poder sustentar, junto com seu paciente, o vazio que irá surgir dessa queda de posição.

Do vazio que o sujeito descobre em si, na própria falta, com o cair do analista, é que advém o desejo e se inscreve a diferença. O suporte do analista está em poder fazer a sustentação desse lugar. Um lugar de não saber do analista e de sustentar a falta do paciente. É nessa queda, em abrir mão de ser suposto saber, e quando, na verdade, de alguma coisa ele sabe, que o analista pode surgir como alteridade. A identificação se quebra. É somente quando o paciente toma o saber para si que ele e o analista se tornam dois, no sentido de dois desejos, dois sujeitos. A criação da diferença pode surgir.

Podemos, para finalizar, tomar como base a discussão do tópico anterior, com relação ao amor e ao desejo. Temos que o amor, no sentido em que ele aliena, e isso se faz a partir de uma submissão ao desejo do analista, se apresenta como repetição do mesmo, a repetição que, como gozo, busca a alienação. Não saber sobre sua falta. É preciso abrir mão do amor para se chegar ao desejo, e é somente com o desejo que se torna possível para o Outro se apresentar como alteridade. Logo, o desejo estaria relacionado à repetição do diferencial, ao processo de

criação. É quando o amor vacila que surge o desejo e, possivelmente, a essência do amor: a falta.

Após essa reflexão sobre a repetição, o amor e o desejo, podemos então pensar em nosso ponto de partida: a repetição não se dá somente com a repetição do mesmo, um retorno ao igual, mas também como uma diferença, uma possibilidade de criação.

Assim, podemos considerar que há um duplo na repetição, um duplo no sentido de haver dois ‘opostos’ que se apresentam ao mesmo tempo. O que se repete é igual no sentido de manter a alienação. Uma alienação que sempre estará presente de alguma forma, em algum conteúdo, e que, por outro lado, produz a diferença, abre caminho para o novo, e é a partir de sua elaboração que podemos produzir, que podemos entrar em um processo de criação. A repetição é isso que está para além do prazer, isso que se manifesta em todos os relacionamentos e que está próxima à pulsão de morte. Que, apesar do desprazer, nos abre caminho para a mudança, para a diferenciação, para a alteridade.

A repetição é, pois, ao mesmo tempo, retorno e criação.



## Conclusão

O que nos guiou para este trabalho foi um número grande de questionamentos que envolvem o tema da repetição na psicanálise. Como podemos perceber, esse tema pode ser abordado de várias formas, assim como pode ser relacionado a vários aspectos metapsicológicos. Nossa tentativa foi a de buscar na repetição uma possibilidade de criação e de inscrição da diferença e, a partir daí, fazer uma associação com o amor. Cabe a observação de que uma linearidade se torna difícil, ou mesmo impossível, devido ao fato de que todos esses aspectos são relacionados ao inconsciente e este, por sua vez, não é linear. Tentamos, assim, estabelecer um caminho que se tornasse o menos intrincado possível para abordar todas as questões necessárias ao alcance do que foi proposto.

A primeira questão proposta foi a de investigar se na repetição há somente a repetição do mesmo ou se temos nela também inscrita a noção da diferença. Verificamos, no decorrer do trabalho, que este aspecto, que dá um sentido de duplo, está sempre presente e se torna uma das marcas fundamentais da repetição. A noção desse sentido de duplo é o que deixa aparente toda a sua complexidade e importância para a psicanálise, como teoria e como prática.

Lacan (1964) considera a repetição (*Wiederholen*) como o maior enigma do sujeito. A repetição está sempre envolvida com o duplo. Seja na bipartição estruturante do princípio do prazer e do princípio de realidade, seja na relação estabelecida prematuramente por Freud entre a atividade e a passividade, seja na noção lacaniana da *tyché* e do *automaton*, a dualidade está sempre presente. Em nenhum momento como forças que atuam separadamente, mas sempre como forças que, apesar de parecerem opostas, atuam ao mesmo tempo. Assim

também se dá o aspecto da repetição do mesmo e do diferente, como duas formas (se é que podemos chamar assim) que se apresentam ao mesmo tempo.

Como amplamente discutido, a repetição está relacionada com os três outros conceitos considerados por Lacan como fundamentais: o inconsciente, a pulsão e a transferência. Nesse conjunto podemos ver que ela, a repetição, faz parte do funcionamento do psiquismo, estando relacionada ao movimento pulsional. A pulsão e, assim, a repetição, estão relacionadas com a falta. A repetição, no entanto, a mascara, buscando uma completude de maneira alucinatória, substitutiva. O que na repetição fica claro é o movimento pulsional em seu aspecto mais primário, inconsciente, pois é à falta original do sujeito que ela está relacionada. É essa falta que não será nunca preenchida. Por se tratar do *das Ding*, não um objeto ou uma coisa qualquer, mas, a Coisa, aquela que, apesar de perdida, nunca existiu, o movimento repetitivo não cessa. É a completude do vazio deixado por *das Ding* que repetidamente buscamos.

A transferência se apresenta na análise como a relação que liga analista e analisando. Para Freud, a transferência é um fragmento da repetição e esta também é um fragmento da transferência, o que significa haver, uma relação íntima entre os dois conceitos. Apesar desse tipo de relação estabelecida entre os dois conceitos, não podemos, jamais, confundi-los, pois, transferência não é repetição, e vice e versa.

A transferência é o que possibilita e mantém o trabalho analítico. É na relação de transferência e pela existência da falta original e permanente do sujeito que podemos chegar à conclusão de que a análise não tem fim, ao menos no sentido desenvolvido nesse trabalho, como encontro subjetivo. Existem outros argumentos, dentro mesmo da psicanálise, que poderiam mostrar um outro caminho. Não nos cabe, porém, dada a limitação deste trabalho, investigar essas outras possibilidades.

A partir de estabelecida a noção do duplo, temos uma observação de Almeida (2005). Para ele, “tudo pode de novo recomeçar, tudo pode de novo ressurgir: a transferência dura na

medida em que duram a falta, a lacuna, a tensão, a angústia e o gozo por via dos quais, concomitante e interminavelmente, o desejo se desdobra, se desloca e se refaz” (ALMEIDA, 2005, pág. 63). Dessa forma, o sujeito busca alcançar um significado que nunca se dá, ao menos não de forma definitiva e acabada. O significado buscado pelo sujeito se refaz a cada encontro, com um significado substituto.

Verificamos também, que o amor surge na ligação que se estabelece entre analista e analisando, e é somente pela quebra desse amor que se faz surgir o desejo. Amor e desejo estão, assim, em lugares diferentes. O amor está no lugar da alienação, daquilo que, estando presente, se sobrepõe ao desejo do sujeito, fazendo com que ele permaneça submetido ao desejo do Outro, no caso, do analista. É quando o amor não está mais presente de forma alienada que é possível, então, advir o sujeito em seu próprio desejo.

É pela relação analítica, pela transferência, e pela pulsão de morte como processo de criação que alcançamos algumas amarrações para nossas questões, o que tornou também possível chegar a algumas conclusões e esclarecer alguns pontos sobre a repetição e sua vertente na direção do amor e da criação.

É preciso reconhecer, contudo, que as questões que cercam esse tema estão longe de acabar. Devido à sua complexidade e também à complexidade de seus desdobramentos, torna-se difícil, ou mesmo impossível, chegar a uma conclusão fechada a respeito do tema, visto remanescer permanentemente aberto para novas questões e novas perspectivas de trabalho.

Sim, novas perspectivas se abrem a partir desse trabalho. O amor e o desejo são temas que os especialistas e interessados das mais diferentes matizes não cansam de estudar e, ainda assim, sempre se apresentam sob novas e diferentes formas. Utilizamos neste trabalho apenas um recorte do que o amor para a psicanálise (no caso, principalmente para Lacan). Existe, porém, todo um caminho a respeito do amor, naturalmente aqui não explorado, que pode nos fornecer ainda mais base para reflexão e discussão.

Levando em consideração o fim de análise, como desenvolvido aqui, podemos prosseguir nesse caminho pensando no que Lacan estabeleceu a respeito da travessia da fantasia. Caberia por exemplo indagar, a partir dessa nova perspectiva: como se encaixaria a repetição em um novo momento psíquico do sujeito?

Assim com esta, múltiplas e diferentes questões surgirão. Cabe, por ora, reconhecer o fenômeno como inevitável, e criar oportunidades para que seu estudo ofereça caminhos de retorno e de abertura para novas possibilidades.

## Bibliografia

- ALMEIDA, R. *Nietzsche e Freud: Eterno retorno e compulsão à repetição*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- BRUNO, M. *Lacan e Deleuze: O Trágico em duas faces do além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1968.
- FREUD, S. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A Dinâmica da transferência*. 1912. Vol. XII.
- \_\_\_\_\_. *A Interpretação dos sonhos*. 1900. Vol. IV.
- \_\_\_\_\_. *Além do princípio do prazer*. 1920. Vol. XVIII.
- \_\_\_\_\_. *Análise terminável e interminável*. 1937. Vol. XXIII.
- \_\_\_\_\_. *A Negativa*. 1925. Vol. XIX.
- \_\_\_\_\_. *Conferência XXXI – A Dissecção da personalidade psíquica*. 1933. Vol. XXII.
- \_\_\_\_\_. *Esboços para a comunicação preliminar*. 1893. Vol. I.
- \_\_\_\_\_. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. 1911. Vol. XII.
- \_\_\_\_\_. *Fragmento da análise de um caso de histeria*. 1905. Vol. VII.
- \_\_\_\_\_. *Observações sobre o amor transferencial*. 1915 (1914). Vol. XII.
- \_\_\_\_\_. *O Estranho*. 1919. Vol. XVII.
- \_\_\_\_\_. *O Inconsciente*. 1915. Vol. XIV.
- \_\_\_\_\_. *Os Instintos e suas vicissitudes*. 1915. Vol. XIV.
- \_\_\_\_\_. *O Mal-estar na civilização*. 1929. Vol. XXI.
- \_\_\_\_\_. *O Problema econômico do masoquismo*. 1924. Vol. XIX.
- \_\_\_\_\_. *Projeto para uma psicologia científica*. 1950 (1895). Vol. I.
- \_\_\_\_\_. *Recordar, repetir e elaborar*. 1914. Vol. XII.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. 1914. Vol. XIV.

\_\_\_\_\_. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. 1905. Vol. VII.

\_\_\_\_\_. *Uma Nota sobre o inconsciente na psicanálise*. 1912. Vol. XII.

GARCIA-ROZA, L. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

GUIRADO, M. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus, 1995.

LACAN, J. *O Seminário - Livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953 - 1954)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Seminário - Livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954 - 1955)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Seminário - Livro 7: A Ética da psicanálise (1959 - 1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Seminário - Livro 8: A Transferência (1960 - 1961)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Seminário - Livro 11: Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Seminário - Livro 17: O Averso da psicanálise (1969 - 1970)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

SANTOS, L. *O Conceito de repetição em Freud*. São Paulo: Escuta, 2002.

VALAS, P. *As Dimensões do gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.